

# Demonstrações Financeiras

## Sendas Distribuidora S.A.

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo  
em 31 de dezembro de 2022



## Sendas Distribuidora S.A.

### Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2022

#### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações .....	1
Relatório da Administração .....	8
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais .....	25
Demonstrações do resultado.....	27
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	28
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	29
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	30
Demonstrações do valor adicionado .....	31
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	32
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente.....	68
Relatório do Comitê de Auditoria.....	69
Declaração dos Diretores sobre a Demonstrações Financeiras e Relatório do Auditor Independente .....	70

# **Sendas Distribuidora S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Sendas Distribuidora S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Sendas Distribuidora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## *Recuperabilidade de créditos tributários de ICMS e PIS/COFINS*

### Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia possuía créditos tributários de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS no valor de R\$1.210 milhões e créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS no valor de R\$587 milhões em 31 de dezembro de 2022, cuja recuperabilidade depende da geração futura suficiente desses impostos a pagar. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e natureza da geração futura desses impostos a pagar, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis.

A auditoria da recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do alto nível de complexidade relacionado à legislação brasileira de impostos indiretos (estadual e federal) e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros desses impostos a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outras ações, nós:

- Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia operacional dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade desses créditos tributários, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nesta avaliação de recuperabilidade.
- Avaliamos as premissas significativas usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias e regimes fiscais especiais utilizados na avaliação da recuperabilidade.
- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando estes com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## *Provisões e Contingências tributárias*

### Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte envolvida em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Baseada em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados. Em 31 de dezembro de 2022, a Diretoria registrou provisões no montante de R\$55 milhões. Ainda, a Companhia possui processos administrativos e judiciais adicionais no montante de R\$2.443 milhões em 31 de Dezembro de 2022, para os quais não foi registrada provisão. A Diretoria utiliza julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudência aplicável e julgamentos em curso. A avaliação da Diretoria também envolve assistência dos consultores jurídicos externos da Companhia.

A auditoria da avaliação realizada pela Diretoria sobre a probabilidade de perda em demandas tributárias foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da complexidade envolvida na avaliação e interpretação da legislação tributária aplicável e de jurisprudência aplicável, que requer um alto grau de julgamento pela Diretoria, com suporte dos consultores jurídicos externos da Companhia; (ii) dos valores envolvidos e da incerteza significativa das estimativas relacionadas com o resultado das decisões judiciais; e (iii) dos esforços adicionais de auditoria, que incluem o envolvimento de nossos especialistas tributários.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outras ações, nós:

- Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia operacional dos controles internos relevantes sobre a identificação e avaliação de processos e administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados a contingências tributárias.
- Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiamos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, que incluíram:
  - Obtivemos um entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e documentação suporte desta avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.
  - Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos da Companhia.
  - Desafiamos a avaliação da Diretoria, usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.
  - Testamos as premissas, informações subjacentes e acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.
  - Obtivemos representações formais dos executivos da Companhia.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda das demandas tributárias e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### *Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021*

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 21 de fevereiro de 2022 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório  
Contador  
CRC nº 1 SP 216175/O-7

# DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

## 4T22 e 2022



## VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Quinta-feira, 16 de Fevereiro de 2023

11h00 (horário de Brasília) | 09h00 (NY) | 14h00 (Londres)

Videoconferência em português via Zoom (tradução simultânea): [clique aqui](#).

As informações e links estarão disponíveis para acesso no nosso website e nos nossos materiais de divulgação.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023 - O Assaí Atacadista anuncia os resultados do 4º trimestre de 2022. Todos os comentários referentes ao EBITDA ajustado estão excluindo o resultado de outras despesas e receitas operacionais dos períodos. Além disso, os resultados apresentados incluem os efeitos do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, que elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, exceto quando indicado.

## INAUGURAÇÃO RECORDE DE 60 LOJAS NO ANO, TOTALIZANDO 263 LOJAS EM OPERAÇÃO: +36% DA ÁREA DE VENDAS

### EXPRESSIVO CRESCIMENTO DE VENDAS COM ACELERAÇÃO DOS GANHOS DE MARKET SHARE AO LONGO DO ANO

### RENTABILIDADE ACIMA DAS EXPECTATIVAS EM 2022: MARGEM EBITDA DE 7,2%

#### 2022

- Faturamento de R\$ 59,7 bi, um incremento de R\$ 14,1 bi em relação a 2021, forte crescimento de +31% com evolução das vendas 'mesmas-lojas' acima de +10%;
- EBITDA Ajustado de R\$ 3,9 bi, uma expansão de +25%<sup>1</sup> e margem de 7,2%, patamar 0,2 p.p. acima das expectativas, com nível de despesas estável mesmo com a evolução do modelo e inauguração de 60 lojas no ano, superando o *guidance* inicial de 52 lojas;
- O lucro líquido atingiu R\$ 1,2 bilhão, patamar consistente, mesmo com investimentos para a implementação do projeto de conversão de hipermercados e elevada taxa de juros;
- Patamar de investimento histórico, de R\$ 4,5 bi, com expressiva geração de empregos, consolidando a Companhia como um dos 6 maiores empregadores privados do País;
- Geração de caixa recorde de R\$ 4,2 bi nos últimos 12 meses, um aumento de R\$ 1,8 bi em relação ao mesmo período de 2021, impulsionada pelo intenso crescimento da Companhia e eficiência do Capital de Giro;

#### 4T22

- Receita bruta de R\$ 17,4 bi, evolução significativa de +38%, decorrente principalmente da forte contribuição das novas lojas, em especial das conversões de hipermercados, e do desempenho consistente das vendas 'mesmas lojas' de 10,5%.
- Margem bruta de 17,2%, estável em relação ao 4T21, é suportada pela performance inicial das lojas convertidas e pela estratégia comercial adequada à competitividade do mercado, que resulta no maior ganho de *market share* do ano nas visões total e 'mesmas lojas';
- EBITDA Ajustado recorde de R\$ 1,2 bilhão, +29% superior ao 4T21, com margem de 7,3%, resultado de um portfólio de lojas mais resiliente, com rápida maturação das lojas convertidas;
- Lucro líquido de R\$ 406 milhões no 4T22, patamar similar<sup>2</sup> comparado ao 4T21, confirmando o sucesso do modelo de negócios mesmo em um contexto de juros elevados e intensa expansão;

#### EXPANSÃO E CONVERSÕES

- Abertura de lojas acima do *guidance*: 60 novas lojas no ano, sendo 47 conversões e 13 lojas orgânicas, alcançando 1,3 milhão de m<sup>2</sup> de área de vendas;
  - 37 aberturas no 4T22: 33 conversões e 4 lojas orgânicas;
- Lojas convertidas em 2022 estão entre as principais lojas da Companhia:
  - Rápida maturação das vendas, em linha com as expectativas: com cerca de 2 meses de operação em média, lojas convertidas apresentam vendas entre 2x e 2,5x superiores ao formato de hipermercado;
  - Alta atratividade das lojas com intenso fluxo de clientes dada a força da marca, os diferenciais do modelo de negócio do Assaí, além da localização excepcional dos pontos comerciais;

#### PERSPECTIVAS 2023

- Finalização do projeto de conversões e continuidade da expansão orgânica, com abertura de cerca de 40 lojas em 2023;
- Contínuo processo de desalavancagem sustentado pela geração de caixa, com objetivo de relação dívida líquida/EBITDA Ajustado próximo a 2x ao final de 2023 e cerca de 1,5x em 2024.

<sup>1</sup> Excluindo créditos fiscais (mais detalhes na página 4)

<sup>2</sup> Para fins de comparabilidade, a variação considera apenas os efeitos recorrentes da subvenção para os períodos e exclui efeitos de créditos fiscais (conforme descrito na página 4).

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2022 foi um ano histórico para o Assaí, com recordes de faturamento, ganhos de *market share* em regiões importantes e patamares de rentabilidade acima das expectativas, mesmo diante dos desafios impostos pelo cenário macroeconômico.

Com investimento de R\$ 4,5 bilhões em 2022, o maior patamar da nossa história, realizamos 60 inaugurações, sendo 13 orgânicas e 47 conversões dos pontos comerciais de hipermercados, superando o *guidance* inicial de 52 novas lojas para o período. Consolidamos um novo recorde de expansão não apenas para o Assaí, mas para o setor nacional de varejo e atacado de alimentos. Encerramos o ano com 263 unidades em operação, distribuídas em 23 estados e no Distrito Federal, que totalizam uma área de vendas superior a 1,3 milhão de metros quadrados, um crescimento de 36% em relação a 2021. Além da expansão, os investimentos do período foram destinados ao aprimoramento da experiência de compra, com a melhoria do sortimento de produtos (como as Adegas) e a implantação de serviços (Empórios de frios e Açougues, por exemplo), nos permitindo conquistar novos clientes e gerar vendas incrementais.

Geramos 16 mil postos de trabalho, consolidando o Assaí como um dos seis maiores empregadores privados do País. Esse crescimento foi acompanhado também por avanços na agenda ESG: doamos cerca de 1.800 toneladas de frutas, legumes e vegetais a instituições parceiras do programa Destino Certo (+44% em relação a 2021) e aumentamos em 45% o número de pessoas negras em cargos de diretoria, mantendo o nosso compromisso em sermos uma empresa cada vez mais diversa e inclusiva.

Como resultado, a Companhia foi aprovada para integrar importantes índices de sustentabilidade do mercado: o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3); o Índice Carbono Eficiente (ICO2); o IGPTW B3, que reconhece empresas como um excelente lugar para se trabalhar; e o índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg. Ainda, avançamos nos temas de governança corporativa, com a aprovação da mudança do Estatuto Social, que estabeleceu limites para transações com partes relacionadas.

O consistente desempenho da expansão aliado a uma estratégia comercial bem-sucedida resultou em crescimento de 31% do faturamento, alcançando patamar próximo de R\$ 60 bilhões em 2022. A margem EBITDA atingiu 7,2%, mesmo após inaugurarmos mais lojas que o inicialmente previsto, comprovando mais uma vez a eficiência da dinâmica comercial e gestão operacional do Assaí. O lucro líquido alcançou R\$ 1,2 bilhão, mesmo diante de um contexto de juros elevados e alto nível de investimentos.

A estratégia *phygital* continua em forte evolução, levando comodidade e mais conveniência aos(às) clientes através do fortalecimento das parcerias *last milers* e do app "Meu Assaí", que está em *rollout* pelo País.

Para os próximos meses, entregaremos as conversões remanescentes e seguiremos com a expansão orgânica, abrindo cerca de 40 novas lojas em 2023. Na agenda de inovação, continuaremos aprimorando e investindo em iniciativas digitais e outras avenidas de crescimento.

Por fim, agradecemos mais uma vez aos(as) colaboradores(as), investidores(as), fornecedores(as) e demais *stakeholders* da Companhia pela confiança e dedicação ao longo de 2022, e seguimos firmes no propósito em oferecer experiências transformadoras aos(às) clientes Assaí.

A Administração.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(R\$ milhões)	4T22	4T21	Δ	2022	2021*	Δ
Receita Líquida	15.954	11.556	38,1%	54.520	41.722	30,7%
Lucro Bruto <sup>(1)</sup>	2.738	1.989	37,7%	8.963	6.969	28,6%
<b>Margem Bruta <sup>(1)</sup></b>	<b>17,2%</b>	<b>17,2%</b>	<b>0,0 p.p.</b>	<b>16,4%</b>	<b>16,7%</b>	<b>-0,3 p.p.</b>
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.597)	(1.095)	45,8%	(5.166)	(3.922)	31,7%
<b>% da Receita Líquida</b>	<b>-10,0%</b>	<b>-9,5%</b>	<b>-0,5 p.p.</b>	<b>-9,5%</b>	<b>-9,4%</b>	<b>-0,1 p.p.</b>
Resultado da Equiv. Patrimonial	10	6	66,7%	44	47	-6,4%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(13)	(23)	-43,5%	(72)	(53)	35,8%
EBITDA Ajustado <sup>(2)(3)</sup>	1.171	911	28,6%	3.912	3.143	24,5%
<b>Margem EBITDA Ajustada <sup>(2)(3)</sup></b>	<b>7,3%</b>	<b>7,9%</b>	<b>-0,6 p.p.</b>	<b>7,2%</b>	<b>7,5%</b>	<b>-0,3 p.p.</b>

(1) Inclui depreciação logística (destacada na Demonstração de Resultado na página 15);

(2) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

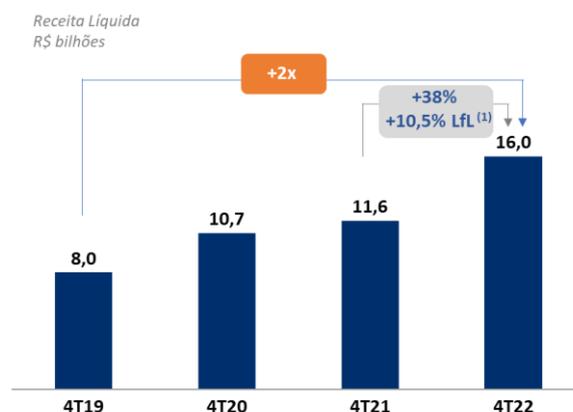
(3) Ajustado pelo Resultado de Outras Despesas e Receitas Operacionais;

(\*) Excluindo créditos tributários;

Para fins de comparabilidade, os comentários das próximas páginas excluem os seguintes efeitos de créditos fiscais:

- (i) **R\$ 216 milhões no lucro líquido do 4º trimestre de 2021**, referente à subvenção para investimentos de períodos anteriores ao exercício;
- (ii) **R\$ 372 milhões no lucro líquido do exercício social de 2021**, referentes à
  - a. exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo impacto foi de R\$ 175 milhões na receita líquida e R\$ 115 milhões no lucro líquido;
  - b. inconstitucionalidade da tributação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário, no valor de R\$ 81 milhões (impacto nas linhas do imposto de renda e contribuição social e do lucro líquido);
  - c. atualização monetária dos créditos tributários acima mencionados no valor de R\$ 45 milhões no resultado financeiro e de R\$ 30 milhões no lucro líquido; e
  - d. subvenção para investimentos referentes a períodos anteriores ao exercício, cujo impacto no lucro líquido do período foi de R\$ 146 milhões.
- (iii) **R\$ 109 milhões no resultado financeiro e no lucro líquido do 4º trimestre de 2022 e do exercício social de 2022**, referentes à atualização monetária, relacionada ao ressarcimento de ICMS-ST.

## FORTE EXPANSÃO DA COMPANHIA RESULTA EM RECORDE DE VENDAS

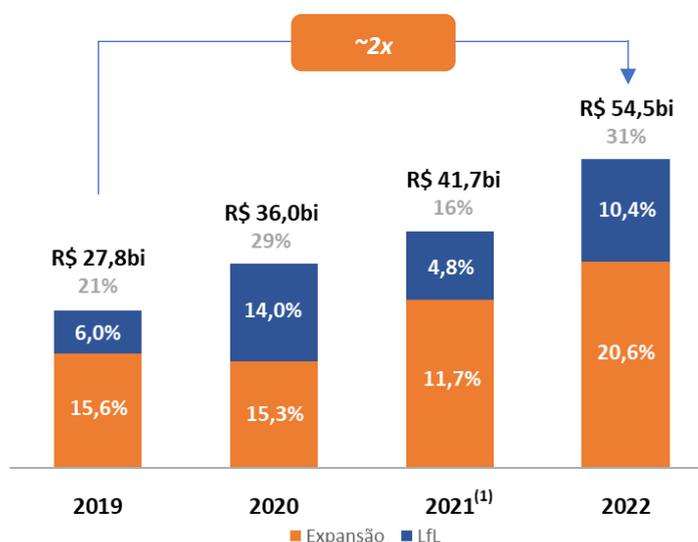


(1) Excluindo efeito calendário de -0,3%

A receita líquida alcançou um recorde trimestral, aos R\$ 16,0 bilhões, o que representa um avanço de +38,1% e um crescimento de R\$ 4,4 bilhões em comparação ao 4T21. O resultado consistente se deve, principalmente:

- (i) à expressiva contribuição da expansão (+27,8%), em especial das conversões de hipermercados, cujo desempenho está em linha com as expectativas;
- (ii) à performance resiliente das vendas 'mesmas lojas' (+10,5%), que confirma a alta atratividade do modelo de negócio, mesmo em um cenário de inflação elevada que segue pressionando o poder de compra da população;
- (iii) à estratégia comercial eficiente, que proporcionou alto fluxo de clientes nas lojas e resultou em ganhos relevantes de *market share*; e
- (iv) ao contínuo aprimoramento da experiência de compra, com agilidade na adaptação do sortimento e serviços.

No ano, as vendas líquidas atingiram o patamar de R\$ 54,5 bilhões, o que representa uma evolução de +30,7% e um crescimento de R\$ 12,8 bilhões em relação a 2021, o que mais uma vez comprova a excelente gestão operacional da Companhia.



(1) Excluindo créditos fiscais

## 60 LOJAS EM 2022, COM CONVERSÕES EM RÁPIDO PROCESSO DE MATURAÇÃO

O Assaí concluiu o ano de 2022 com 263 lojas em operação, que totalizam uma área de vendas superior a 1,3 milhão de metros quadrados, um crescimento de +36% em relação a 2021. A expansão de 2022 superou o *guidance* inicial de abertura de 52 novas unidades, estabelecendo um novo recorde de abertura de lojas em um único ano e ampliando a área construída em aproximadamente 1 milhão de metros quadrados.

A expansão do período foi impulsionada pelo intenso avanço no cronograma de conversão de hipermercados, com 47 lojas inauguradas no segundo semestre, que adicionaram cerca de 300 mil metros quadrados à área de vendas e 30.000 novas vagas de estacionamento.

Adicionalmente, 13 lojas orgânicas foram inauguradas em 8 estados, contribuindo para a consolidação e ampliação da força da marca no cenário nacional.

Destaque ainda para a performance das conversões que, com cerca de 2 meses de operação em média, já estão entre as principais lojas da Companhia em termos de vendas e fluxo de clientes, reflexo principalmente da combinação da alta atratividade do modelo de negócio do Assaí, força da marca e acesso a pontos comerciais em localizações excepcionais. As lojas convertidas apresentam vendas entre 2x e 2,5x superiores em relação ao formato de hipermercado, reforçando as expectativas do projeto de conversões.

## FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS COM LAST MILERS E ROLLOUT DO APP “MEU ASSAÍ”

A Companhia segue avançando na estratégia *phygital*, oferecendo comodidade e melhor experiência de compras para os clientes, através das parcerias com os operadores *last mile*, disponíveis atualmente em 60 cidades e em aproximadamente 160 lojas. As vendas realizadas no ambiente *online* seguem evoluindo e apresentam crescimentos sequenciais, impulsionados, em especial, pelo avanço da presença da Companhia em regiões mais centrais, com a abertura das lojas convertidas.

Adicionalmente, o *rollout* do app “Meu Assaí”, com novas funcionalidades que incluem ofertas exclusivas e personalizadas, está em fase de implementação em 6 estados brasileiros, aprimorando a jornada de compra do cliente ao unir a experiência do mundo físico com o *online*.

## DESEMPENHO OPERACIONAL ACIMA DO ESPERADO DIANTE DA EXPANSÃO ACELERADA

O lucro bruto trimestral atingiu R\$ 2,7 bilhões, com margem de 17,2%, estável em relação ao 4T21. O resultado foi impulsionado, principalmente, pela excelente dinâmica comercial e o desempenho inicial das conversões em rápida maturação. Os consistentes ganhos de *market share* no período nas visões total e 'mesmas lojas' mais uma vez reforçam a eficiência operacional e a consistência do modelo de negócios do Assaí, que através de investimentos na modernização de seu parque de lojas, segue oferecendo uma contínua melhoria na experiência de compras e conquistando novos clientes. Em 2022, o lucro bruto alcançou o patamar de R\$ 9,0 bilhões e margem de 16,4% (vs. 16,7% em 2021), refletindo a eficácia da estratégia comercial do Assaí em meio a um aumento da competitividade do mercado e à expansão histórica da Companhia.

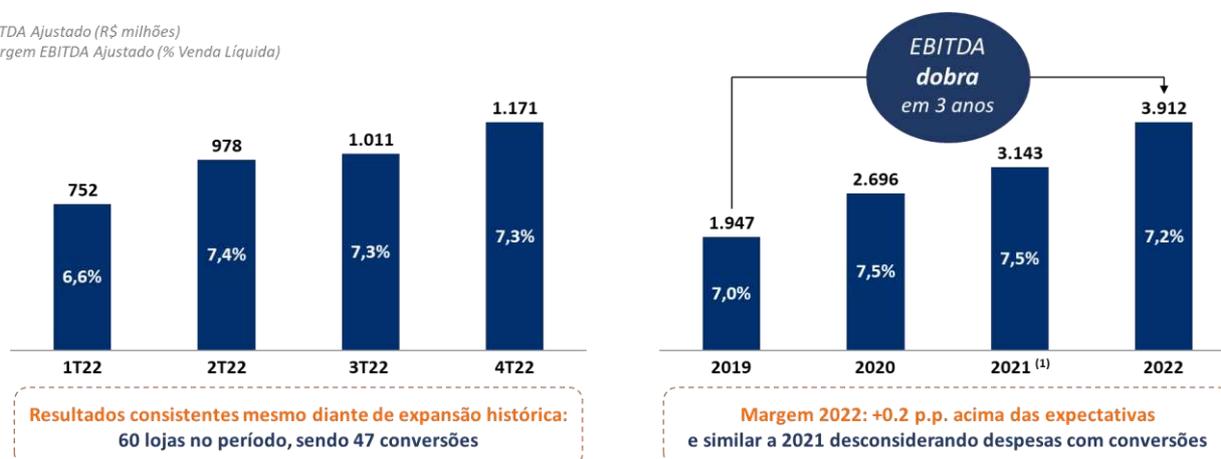
As despesas com vendas, gerais e administrativas foram equivalentes a 10,0% da receita líquida no trimestre e refletem, principalmente, os efeitos das despesas pré-operacionais referentes ao projeto de expansão, com a abertura histórica de 37 lojas no período. No acumulado do ano, as despesas com vendas, gerais e administrativas representaram 9,5% das vendas, patamar similar ao de 2021, resultado do rigoroso controle de despesas feito ao longo do ano dado o momento de forte expansão.

A equivalência patrimonial foi de R\$ 10 milhões no trimestre e R\$ 44 milhões no ano, e é referente à participação de aproximadamente 18% que o Assaí detém no capital da FIC. O número de cartões Passaí emitidos ultrapassou o patamar de 2,2 milhões e possui alto potencial de crescimento com o avanço da expansão.

As outras despesas operacionais totalizaram R\$ 13 milhões no trimestre e referem-se, principalmente, à baixa de ativos referente à conclusão da venda de ativos anunciada em fato relevante publicado em julho de 2021. No ano, as outras despesas operacionais somaram R\$ 72 milhões e incluem, principalmente, o provisionamento da baixa de ativos de lojas fechadas dado o projeto de conversão de hipermercados.

O EBITDA Ajustado trimestral atingiu o patamar recorde de R\$ 1,2 bilhão e margem de 7,3%. No ano, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 3,9 bilhões e margem de 7,2%. O resultado representa um patamar superior às expectativas, mesmo diante do aumento da quantidade de lojas inauguradas em 2022, confirmando a alta capacidade de execução da Companhia e o compromisso com o resultado.

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)  
Margem EBITDA Ajustado (% Venda Líquida)



(1) Excluindo créditos fiscais

## RESULTADO FINANCEIRO IMPACTADO PELAS ALTAS TAXAS DE JUROS

(R\$ milhões)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Rentabilidade de caixa e equivalentes	44	30	46,7%	152	87	74,7%
Outras receitas financeiras	6	3	100,0%	15	8	87,5%
Custo da dívida	(313)	(224)	39,7%	(896)	(543)	65,0%
Custo de antecipação de recebíveis	(27)	(21)	28,6%	(97)	(51)	90,2%
Outras despesas e atualizações monetárias	21	9	133,3%	(180)	61	-395,1%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(269)</b>	<b>(204)</b>	<b>31,9%</b>	<b>(1.006)</b>	<b>(438)</b>	<b>129,7%</b>
<i>% Receita Líquida</i>	<i>-1,7%</i>	<i>-1,8%</i>	<i>0,1 p.p.</i>	<i>-1,8%</i>	<i>-1,0%</i>	<i>-0,8 p.p.</i>
Juros sobre passivo de arrendamento	(176)	(83)	112,0%	(509)	(292)	74,3%
<b>Resultado Financeiro Líquido - Pós IFRS 16</b>	<b>(445)</b>	<b>(287)</b>	<b>55,1%</b>	<b>(1.515)</b>	<b>(730)</b>	<b>107,5%</b>
<i>% Receita Líquida - Pós IFRS 16</i>	<i>-2,8%</i>	<i>-2,5%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>	<i>-2,8%</i>	<i>-1,7%</i>	<i>-1,1 p.p.</i>

No trimestre, o resultado financeiro líquido pós-IFRS16 atingiu R\$ 445 milhões, 2,8% da receita líquida. Excluindo o efeito dos juros sobre passivo de arrendamento, a despesa financeira líquida foi de R\$ 269 milhões, o equivalente a 1,7% das vendas, patamar similar ao 4T21. Excluindo o impacto da atualização monetária referente ao ressarcimento de ICMS-ST reconhecida em 2022 (descrito na página 4), a despesa financeira líquida foi de 2,4% da receita líquida. Esse resultado foi impactado pelas elevadas taxas de juros, com CDI 1,7x superior ao 4T21, passando de 1,9% para 3,2%, e pelo maior volume de dívida bruta decorrente do alto nível de investimentos em expansão realizado pela Companhia.

No acumulado do ano, o resultado financeiro líquido pós-IFRS 16 foi de R\$ 1,5 bilhão, 2,8% da receita líquida. A despesa financeira pré-IFRS 16, ou seja, excluindo juros sobre passivo de arrendamento, totalizou R\$ 1,0 bilhão, correspondente a 1,8% da receita líquida (vs. 1,0% em 2021), refletindo, principalmente, a forte alta nas taxas de juros no período.

## LUCRO ACIMA DE R\$ 1 BILHÃO EM ANO DE INTENSA EXPANSÃO

O lucro líquido trimestral atingiu R\$ 406 milhões, com margem de 2,5%. Quando considerados apenas os efeitos de créditos tributários comparáveis de cada período (conforme detalhado na página 4), o patamar de lucro é consistente e similar em relação ao 4T21.

No ano, o lucro líquido totalizou R\$ 1,2 bilhão, com margem de 2,2%. Excluindo o impacto dos créditos tributários descritos na página 4, o lucro de 2022 (R\$ 1,1 bilhão) permanece em patamar próximo ao de 2021 (R\$ 1,2 bilhão), confirmando a resiliência do modelo de negócios mesmo diante dos esforços para implementação do projeto de conversão de hipermercados e de um cenário adverso, com elevadas taxas de juros.

## ALTO PATAMAR DE INVESTIMENTOS REFLETE A ACELERADA EXPANSÃO

(R\$ milhões)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos	1.331	686	645	4.322	2.107	2.215
Reformas e Manutenções	82	94	(12)	272	243	29
Infraestrutura e Outros	52	34	18	127	101	26
<b>Total Investimentos - Bruto</b>	<b>1.465</b>	<b>814</b>	<b>651</b>	<b>4.721</b>	<b>2.451</b>	<b>2.270</b>
Venda de Ativos <sup>(1)</sup>	(180)	-	(180)	(180)	(212)	32
<b>Total Investimentos - Líquido</b>	<b>1.285</b>	<b>814</b>	<b>471</b>	<b>4.541</b>	<b>2.239</b>	<b>2.302</b>

(1) No período, foi concluída a venda de ativos anunciada em fato relevante publicado em julho de 2021

Os investimentos no 4T22 totalizaram R\$ 1,3 bilhão, crescimento de 58% em comparação ao 4T21. O crescimento é explicado pelo avanço histórico da expansão, com 37 lojas inauguradas no trimestre, bem como as demais em obras que serão inauguradas ao longo de 2023.

Em 2022, os investimentos atingiram R\$ 4,5 bilhões, montante 2x superior a 2021, resultado principalmente da abertura de 60 lojas em 2022, número mais do que duas vezes superior à expansão de 2021. O Assaí segue dando continuidade a investimentos na modernização do parque de lojas e no aprimoramento da experiência de compras dos clientes através da ampliação de serviços, como açougue e empório de frios.

## EFICIÊNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA DADO CONTEXTO DE ALTOS INVESTIMENTOS

(R\$ milhões)	2022	2021
<b>Dívida de Curto Prazo</b>	<b>(1.233)</b>	<b>(609)</b>
Empréstimos e Financiamentos	(829)	(433)
Debêntures	(431)	(180)
Instrumentos Financeiros- Hedge de valor justo CP	27	4
<b>Dívida de Longo Prazo</b>	<b>(11.176)</b>	<b>(7.392)</b>
Empréstimos e Financiamentos	(737)	(1.154)
Debêntures	(10.594)	(6.266)
Instrumentos Financeiros- Hedge de valor justo CP	155	28
<b>Total da Dívida Bruta</b>	<b>(12.409)</b>	<b>(8.001)</b>
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	<b>5.842</b>	<b>2.550</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(6.567)</b>	<b>(5.451)</b>
<b>EBITDA Pré-IFRS 16 <sup>(1)</sup></b>	<b>2.868</b>	<b>2.802</b>
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	291	100
<b>Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados</b>	<b>(6.276)</b>	<b>(5.351)</b>
<b>Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA Pré-IFRS 16 <sup>(1)</sup></b>	<b>-2,19x</b>	<b>-1,91x</b>

<sup>(1)</sup> Acumulado dos últimos 12 meses.

A Companhia encerrou o trimestre com uma relação dívida líquida/EBITDA Ajustado de 2,19x. O nível de alavancagem está dentro das expectativas diante do intenso investimento na expansão, decorrente (i) da aquisição dos pontos comerciais de hipermercado, (ii) das 60 novas lojas inauguradas ao longo de 2022 e (iii) da continuidade do projeto de conversões, com aproximadamente 20 conversões ao longo de 2023.

No 4T22, foi realizada uma emissão de R\$ 400 milhões em notas comerciais escriturais que tem como objetivo o refinanciamento da parcela da dívida a vencer em 2023, totalizando uma dívida bruta no montante de R\$ 12,4 bilhões. O custo de captação dessa emissão, cujo *spread* em relação ao CDI é menor do que 1%, também é inferior ao custo médio da dívida da Companhia, que atualmente é de CDI+1,45%, com prazo médio de 3,5 anos.

## DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 111 milhões, equivalente a 25% do saldo disponível para a distribuição de dividendos, que exclui a reserva de incentivos fiscais relacionada ao reconhecimento de créditos de subvenção para investimentos e a reserva legal de 5%. Ainda, durante o exercício, foi deliberado o pagamento de juros sobre capital próprio (JSCP) no montante líquido de R\$ 43 milhões a serem pagos em 17 de fevereiro de 2023, conforme Aviso aos Acionistas divulgado ao mercado em 13 de janeiro de 2023. Desta forma, o valor referente à parcela remanescente de dividendos é de R\$ 68 milhões, calculados conforme demonstrado abaixo.

(R\$ milhões)	2022	2021
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro	1.220	1.610
Reserva de incentivos fiscais	(753)	(709)
<b>Base reserva legal</b>	<b>467</b>	<b>901</b>
% Reserva legal	5,0%	5,0%
Reserva legal do exercício	(23)	(5)
<b>Base dividendos</b>	<b>444</b>	<b>896</b>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	111	224
JSCP a Pagar - Líquido	(43)	-
Pagamento JSCP - Líquido	-	(56)
<b>Dividendos propostos</b>	<b>68</b>	<b>168</b>

A proposta de distribuição dos dividendos do exercício de 2022 será submetida à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023. Terão direito aos dividendos todas as ações em circulação na data-base de 27 de abril de 2023. A partir do dia 28 de abril de 2023, as ações serão negociadas "ex-dividendos". O pagamento dos dividendos será realizado até o dia 26 de junho de 2023, 60 dias a partir da data de realização da Assembleia Geral Ordinária.

Em relação aos American Depositary Receipts (ADRs) negociados na NYSE, o referido pagamento será efetuado por meio do banco depositário JPMorgan Chase Bank. Os titulares poderão obter informações a respeito no site <https://adr.com>.

## EFICIÊNCIA NA GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO

	4T22		4T21		Δ	
	R\$ (MM)	Dias	R\$ (MM)	Dias	R\$ (MM)	Dias
Fornecedores <sup>(1)</sup>	9.049	72 d	5.846	61 d	3.203	11 d
Estoques	-6.467	-51 d	-4.380	-45 d	-2.087	-6 d
<b>Capital de Giro antes dos recebíveis (Supplier Financing)</b>	<b>2.582</b>	<b>20 d</b>	<b>1.466</b>	<b>15 d</b>	<b>1.116</b>	<b>5 d</b>
Contas a Receber	-570	-5 d	-265	-3 d	-305	-2 d
<b>Capital de Giro</b>	<b>2.012</b>	<b>16 d</b>	<b>1.201</b>	<b>12 d</b>	<b>811</b>	<b>3 d</b>
CMV (12 meses)	45.557	-	34.753	-	10.804	-

Os índices de capital de giro são calculados usando o Custo das Mercadorias Vendidas

<sup>(1)</sup> Fornecedores de produtos líquido de acordos comerciais

O Capital de Giro da Companhia antes dos recebíveis totalizou R\$ 2,6 bilhões, equivalente a um prazo de 20 dias, uma melhora de 5 dias em relação a 2021. Esse resultado foi impulsionado, principalmente, pela expansão, que gerou ganhos de escala. Os dias de recebíveis não são significativos devido à natureza do modelo de negócio do Assaí, com vendas majoritariamente à vista.

## GERAÇÃO DE CAIXA DE R\$ 4,2 BILHÕES, SUPERIOR EM R\$ 1,8 BILHÃO

( R\$ milhões )	2022	2021	Δ
<b>EBITDA Pré-IFRS 16<sup>(1)</sup></b>	<b>2.868</b>	<b>2.802</b>	66
Imposto de Renda	0	(374)	374
<b>Variação Capital de Giro</b>	<b>1.309</b>	<b>(44)</b>	<b>1.353</b>
<b>Geração de caixa Operacional</b>	<b>4.178</b>	<b>2.384</b>	<b>1.793</b>
Capex	(3.296)	(1.904)	(1.392)
Aquisição de Pontos Comerciais	(345)	(1.000)	655
<b>Geração de Caixa Livre</b>	<b>536</b>	<b>(519)</b>	<b>1.055</b>
Dividendos	(152)	(130)	(22)
Custo da dívida	(1.501)	(569)	(932)
<b>Geração de Caixa Livre ao Acionista</b>	<b>(1.117)</b>	<b>(1.219)</b>	<b>102</b>

<sup>(1)</sup> Acumulado dos últimos 12 meses

A acelerada expansão da Companhia contribuiu para ganhos relevantes na gestão do Capital de Giro, resultando em um crescimento de 75% na geração de caixa operacional, que totalizou R\$ 4,2 bilhões em 2022.

A eficiente gestão do caixa da Companhia, dado o contexto de alta das taxas de juros, maior investimento e lojas convertidas no início da curva de maturação, resultou em uma geração de caixa livre em linha com o esperado para o momento.

## CONSTANTES AVANÇOS EM ESG RESULTAM NA ENTRADA EM IMPORTANTES ÍNDICES DE MERCADO

O Assaí, dentro do modelo de negócio, promove iniciativas que visam a construção de uma sociedade responsável e inclusiva, baseada em 5 pilares estratégicos:

1. **Combate às Mudanças Climáticas:** inovar e aperfeiçoar a gestão ambiental;
2. **Gestão Integrada e Transparência:** aperfeiçoar práticas ESG através de relações éticas e transparentes;
3. **Transformação na Cadeia de Valor:** co-construir cadeias comprometidas com o meio ambiente e pessoas;
4. **Engajamento com a Sociedade:** ser um agente mobilizador para promoção de oportunidades justas e inclusivas;
5. **Valorização da Nossa Gente:** ser referência na promoção da diversidade, inclusão e sustentabilidade por meio dos(as) colaboradores(as).

Os principais destaques do 4T22 com relação aos temas ESG foram:

- **Aprovação no ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial)**, que passou a vigorar em janeiro de 2023. Esta é a primeira vez que a Companhia integra o índice desde a listagem. Adicionalmente, o Assaí também integrará a carteira dos índices **ICO2 B3 – Índice Carbono Eficiente** e **IGPTW B3**, que possui em sua composição as empresas reconhecidas como um excelente lugar para se trabalhar, conforme reconhecimento e certificação pela **Great Place to Work (GPTW)**. Em janeiro de 2023, a Companhia passou a fazer parte do índice de **Igualdade de Gênero da Bloomberg**.
- **Melhora na avaliação no CDP**, um dos principais programas de medição e divulgação para gestão eficiente de riscos relacionados a emissões de carbono e às mudanças climáticas.
- Continuidade de esforços para promover e aumentar a diversidade no ambiente de trabalho:
  - **Treinamentos de diversidade para mais de 49 mil colaboradores**, aumento de 4% vs. 2021
  - **Crescimento de 45%** (vs. 2021) no número de **pessoas negras em cargos de diretoria**, e **adesão à Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial**.
- Por meio do Instituto Assaí — braço social da empresa lançado em 2022 — a campanha “Alimento a Gente Compartilha” **arrecadou 378 toneladas de alimentos** em doações junto aos clientes, o equivalente a **750 mil refeições, que foram destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade** (+31% vs. 2021).
- Avanço nos processos de tratamento de resíduos pela compostagem e redução do desperdício de alimentos. Com o **programa Destino Certo**, o Assaí **doou cerca de 1.800 toneladas de frutas, legumes e vegetais** (impróprios para venda, mas adequados para consumo) a **instituições parceiras**, aumento de **+44% vs. 2021**. Como resultado, o desvio de aterros sanitários permitiu a redução das emissões gases, como metano, em cerca de 31.490 toneladas de CO<sub>2</sub>e (Carbono Equivalente).
- **Queda de 12% nas emissões de escopos 1<sup>(1)</sup> e 2<sup>(2)</sup>** em relação ao mesmo período de 2021, em linha com a estratégia de combate às mudanças climáticas e meta de redução das emissões em 38% até 2030 (ano-base 2015).

<sup>(1)</sup> Emissões próprias provenientes da empresa.

<sup>(2)</sup> Emissões provenientes do consumo de energia elétrica

## **SOBRE A SENDAS S.A.**

O Assaí é uma empresa de *Cash & Carry* que atende pequenos(as) e médios comerciantes e consumidores(as) em geral, seja na compra de itens unitários ou grandes volumes. Com faturamento de aproximadamente R\$ 60 bilhões em 2022, está presente nas cinco regiões do País com mais de 260 lojas distribuídas em 23 estados, além do Distrito Federal. Possui mais de 76 mil colaboradores(as) e, mensalmente, recebe mais de 30 milhões de clientes em suas lojas.

Em 2022, o Assaí foi considerado o melhor atacadista em duas pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha: “Os Melhores de São Paulo - Serviços” (em que vence pelo 7º ano consecutivo); e “O Melhor da Internet no Brasil”. Também foi eleita a melhor empresa do ramo de Comércio Varejista do Valor 1000, anuário realizado pelo jornal Valor Econômico, e recebeu a certificação Great Place to Work. O Assaí está entre as 15 marcas mais valiosas do País em ranking anual promovido pela Brand Finance.

## **CONTATOS RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

**Gabrielle Castelo Branco Helú**

Diretora de Relações com Investidores

**Ana Carolina Silva**

**Beatris Atilio**

**Daniel Magalhães**

**E-mail:** [ri.assai@assai.com.br](mailto:ri.assai@assai.com.br)

**Website:** [www.ri.assai.com.br](http://www.ri.assai.com.br)

## ANEXOS

### INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

#### I – Número de lojas e área de vendas

Número de Lojas	4T19	4T20	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22
Sudeste	93	101	113	113	115	122	138
Nordeste	42	49	57	59	61	65	74
Centro-Oeste	16	18	21	21	21	22	25
Norte	10	11	14	16	16	17	17
Sul	5	5	7	7	7	7	9
<b>Total</b>	<b>166</b>	<b>184</b>	<b>212</b>	<b>216</b>	<b>220</b>	<b>233<sup>(1)</sup></b>	<b>263</b>

Área de Vendas (mil m <sup>2</sup> )	713	809	964	986	1.007	1.091	1.307
--------------------------------------	-----	-----	-----	-----	-------	-------	-------

<sup>(1)</sup> Considera as lojas em operação, sendo que houve 1 fechamento de loja no 3T22 e uma das conversões é considerada ampliação da área de vendas.

Número de Lojas	2021	Aberturas	Ajustes*	2022
Sudeste	113	32	-7	138
Nordeste	57	17	-	74
Centro-Oeste	21	6	-2	25
Norte	14	3	-	17
Sul	7	2	-	9
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>60</b>	<b>-9</b>	<b>263</b>

Área de Vendas (mil m <sup>2</sup> )	964	370	-27	1.307
--------------------------------------	-----	-----	-----	-------

\*Incluem 5 lojas existentes cuja área de vendas foi ampliada devido ao projeto de conversões de hipermercados e 4 fechamentos

## INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### II – Demonstração de Resultado

R\$ - Milhões	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>17.448</b>	<b>12.649</b>	<b>37,9%</b>	<b>59.684</b>	<b>45.585</b>	<b>30,9%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>15.954</b>	<b>11.556</b>	<b>38,1%</b>	<b>54.520</b>	<b>41.898</b>	<b>30,1%</b>
<b>Custo das Mercadorias Vendidas</b>	<b>(13.196)</b>	<b>(9.556)</b>	<b>38,1%</b>	<b>(45.486)</b>	<b>(34.704)</b>	<b>31,1%</b>
Depreciação (Logística)	(20)	(11)	84,0%	(71)	(49)	46,0%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>2.738</b>	<b>1.989</b>	<b>37,7%</b>	<b>8.963</b>	<b>7.145</b>	<b>25,4%</b>
Despesas com Vendas	(1.382)	(963)	43,5%	(4.379)	(3.334)	31,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(215)	(132)	62,9%	(787)	(588)	33,8%
<b>Desp. com Vendas, Gerais e Adm.</b>	<b>(1.597)</b>	<b>(1.095)</b>	<b>45,8%</b>	<b>(5.166)</b>	<b>(3.922)</b>	<b>31,7%</b>
Resultado da Equiv. Patrimonial	10	6	66,7%	44	47	-6,4%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(13)	(23)	-43,5%	(72)	(53)	35,8%
Depreciação e Amortização	(270)	(177)	52,5%	(919)	(638)	44,0%
<b>EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos</b>	<b>868</b>	<b>700</b>	<b>24,0%</b>	<b>2.850</b>	<b>2.579</b>	<b>10,5%</b>
Receitas Financeiras	177	48	268,8%	394	188	109,6%
Despesas Financeiras	(622)	(335)	85,7%	(1.909)	(918)	108,0%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(445)</b>	<b>(287)</b>	<b>55,1%</b>	<b>(1.515)</b>	<b>(730)</b>	<b>107,5%</b>
<b>Lucro Operacional Antes I.R.</b>	<b>423</b>	<b>413</b>	<b>2,4%</b>	<b>1.335</b>	<b>1.849</b>	<b>-27,8%</b>
Imposto de Renda	(17)	114	-114,9%	(115)	(239)	-51,9%
<b>Lucro dos Acionistas Controladores - Total</b>	<b>406</b>	<b>527</b>	<b>-23,0%</b>	<b>1.220</b>	<b>1.610</b>	<b>-24,2%</b>
<b>EBITDA - Lucro oper. antes da depr.,result. financeiro e impostos</b>	<b>1.158</b>	<b>888</b>	<b>30,4%</b>	<b>3.840</b>	<b>3.266</b>	<b>17,6%</b>
<b>EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup></b>	<b>1.171</b>	<b>911</b>	<b>28,6%</b>	<b>3.912</b>	<b>3.319</b>	<b>17,9%</b>

% da Receita Líquida	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
<b>Lucro Bruto</b>	<b>17,2%</b>	<b>17,2%</b>	<b>0,0 p.p.</b>	<b>16,4%</b>	<b>17,1%</b>	<b>-0,6 p.p.</b>
Despesas com Vendas	-8,7%	-8,3%	-0,3 p.p.	-8,0%	-8,0%	-0,1 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	-1,3%	-1,1%	-0,2 p.p.	-1,4%	-1,4%	0,0 p.p.
<b>Desp. com Vendas, Gerais e Adm.</b>	<b>-10,0%</b>	<b>-9,5%</b>	<b>-0,5 p.p.</b>	<b>-9,5%</b>	<b>-9,4%</b>	<b>-0,1 p.p.</b>
Resultado da Equiv. Patrimonial	0,1%	0,1%	0,0 p.p.	0,1%	0,1%	0,0 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-0,1%	-0,2%	0,1 p.p.	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.
Depreciação e Amortização	-1,7%	-1,5%	-0,2 p.p.	-1,7%	-1,5%	-0,2 p.p.
<b>EBIT</b>	<b>5,4%</b>	<b>6,1%</b>	<b>-0,6 p.p.</b>	<b>5,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>-0,9 p.p.</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>-2,8%</b>	<b>-2,5%</b>	<b>-0,3 p.p.</b>	<b>-2,8%</b>	<b>-1,7%</b>	<b>-1,0 p.p.</b>
<b>Lucro Operacional Antes I.R.</b>	<b>2,7%</b>	<b>3,6%</b>	<b>-0,9 p.p.</b>	<b>2,4%</b>	<b>4,4%</b>	<b>-2,0 p.p.</b>
Imposto de Renda	-0,1%	1,0%	-1,1 p.p.	-0,2%	-0,6%	0,4 p.p.
<b>Lucro dos Acionistas Controladores - Total</b>	<b>2,5%</b>	<b>4,6%</b>	<b>-2,0 p.p.</b>	<b>2,2%</b>	<b>3,8%</b>	<b>-1,6 p.p.</b>
<b>EBITDA</b>	<b>7,3%</b>	<b>7,7%</b>	<b>-0,4 p.p.</b>	<b>7,0%</b>	<b>7,8%</b>	<b>-0,8 p.p.</b>
<b>EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup></b>	<b>7,3%</b>	<b>7,9%</b>	<b>-0,5 p.p.</b>	<b>7,2%</b>	<b>7,9%</b>	<b>-0,7 p.p.</b>

<sup>(1)</sup> Ajustado pelo Resultado de Outras Despesas e Receitas Operacionais

## III – Balanço Patrimonial

ATIVO		
(R\$ milhões)	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativo Circulante</b>	<b>14.179</b>	<b>8.772</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5.842	2.550
Contas a receber	570	265
Estoques	6.467	4.380
Impostos a recuperar	1.055	876
Instrumentos financeiros derivativos	27	4
Ativos mantidos para venda	95	550
Dividendos a receber	-	16
Outras contas a receber	52	59
Outros ativos circulantes	71	72
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>26.439</b>	<b>14.082</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>26.439</b>	<b>14.082</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	45
Impostos a recuperar	927	770
Instrumentos financeiros derivativos	155	28
Partes relacionadas	252	114
Depósitos judiciais	56	119
Outros ativos não circulantes	9	10
Investimentos	833	789
Imobilizado	19.183	10.320
Intangível	5.018	1.887
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>40.618</b>	<b>22.854</b>

PASSIVO		
(R\$ milhões)	31.12.2022	31.12.2021
<b>Passivo Circulante</b>	<b>16.416</b>	<b>8.644</b>
Fornecedores	8.538	5.566
Fornecedores - Convênios	2.039	573
Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra	2.422	-
Empréstimos e financiamentos	829	433
Debêntures e notas promissórias	431	180
Salários e encargos sociais	584	425
Passivo de arrendamento	435	244
Partes relacionadas	201	368
Demais impostos a recolher	265	158
Receitas a apropriar	328	356
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	111	168
Outros passivos circulantes	233	173
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>20.306</b>	<b>11.444</b>
Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra	780	-
Empréstimos e financiamentos	737	1.154
Debêntures e notas promissórias	10.594	6.266
Provisão para demandas judiciais	165	205
Partes relacionadas	60	-
Passivo de arrendamento	7.925	3.807
Receitas a apropriar	31	-
Outros passivos não circulantes	14	12
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>3.896</b>	<b>2.766</b>
Capital social	1.263	788
Reserva de capital	36	18
Reservas de lucros	2.599	1.961
Outros resultados abrangentes	(2)	(1)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>40.618</b>	<b>22.854</b>

## IV – Fluxo de Caixa

(R\$ milhões)	31.12.2022	31.12.2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.220</b>	<b>1.610</b>
Impostos de renda e contribuição social diferidos	40	(127)
Perda (ganho) na alienação do imobilizado e arrendamento	34	(12)
Depreciações e amortizações	990	687
Juros e variações monetárias	1.827	911
Resultado de equivalência patrimonial	(44)	(47)
Reversão para demandas judiciais	(7)	(48)
Provisão de opção de compra de ações	18	14
Provisão para obsolescência e quebras	418	302
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7	2
	<b>4.503</b>	<b>3.292</b>
<b>Variações nos ativos operacionais</b>		
Contas a receber	(313)	(85)
Estoques	(2.505)	(943)
Impostos a recuperar	(336)	(12)
Dividendos recebidos	16	11
Outros ativos	9	(69)
Partes relacionadas	196	391
Depósitos judiciais	63	15
	<b>(2.870)</b>	<b>(692)</b>
<b>Variações nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	3.175	884
Salários e encargos sociais	159	54
Impostos e contribuições a recolher	101	4
Outros passivos	57	25
Demandas judiciais	(49)	(49)
Receitas a apropriar	68	128
Imposto de renda e contribuição social, pagos	-	(374)
	<b>3.511</b>	<b>672</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>5.144</b>	<b>3.272</b>
<b>Aquisição de bens do ativo imobilizado</b>	<b>(3.524)</b>	<b>(2.231)</b>
Aquisição de bens do ativo intangível	(636)	(854)
Aquisição de bens mantidos para venda	(250)	(403)
Venda de bens do imobilizado	-	3
Venda de bens do ativo mantido para venda	620	209
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(3.790)</b>	<b>(3.276)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital em espécie	11	27
Captação de empréstimos e financiamentos	3.959	6.090
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(183)	(6.073)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(783)	(406)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(168)	(148)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(856)	(460)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(42)	(8)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>1.938</b>	<b>(978)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.550	3.532
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.842	2.550
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.292</b>	<b>(982)</b>

**SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhões de reais)



	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.842	2.550
Contas a receber	7	570	265
Estoques	8	6.467	4.380
Impostos a recuperar	9	1.055	876
Instrumentos financeiros derivativos	15.11	27	4
Dividendos a receber		-	16
Outras contas a receber		52	59
Outros ativos circulantes		71	72
		<b>14.084</b>	<b>8.222</b>
Ativos mantidos para venda	27	95	550
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>14.179</b>	<b>8.772</b>
<b>Não circulante</b>			
Impostos a recuperar	9	927	770
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	6	45
Instrumentos financeiros derivativos	15.11	155	28
Partes relacionadas	10.1	252	114
Depósitos judiciais	16.6	56	119
Outros ativos não circulantes		9	10
		<b>1.405</b>	<b>1.086</b>
Investimentos	11	833	789
Imobilizado	12.2	19.183	10.320
Intangível	13	5.018	1.887
		<b>25.034</b>	<b>12.996</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>26.439</b>	<b>14.082</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>40.618</b>	<b>22.854</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhões de reais)



	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	8.538	5.566
Fornecedores - Convênios	14	2.039	573
Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra	14	2.422	-
Empréstimos e financiamentos	15.11	829	433
Debêntures e notas promissórias	15.11	431	180
Salários e encargos sociais		584	425
Passivo de arrendamento	17.2	435	244
Partes relacionadas	10.1	201	368
Demais impostos a recolher		265	158
Receitas a apropriar	18	328	356
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.2	111	168
Outros passivos circulantes		233	173
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>16.416</b>	<b>8.644</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra	14	780	-
Empréstimos e financiamentos	15.11	737	1.154
Debêntures e notas promissórias	15.11	10.594	6.266
Provisão para demandas judiciais	16	165	205
Partes relacionadas	10.1	60	-
Passivo de arrendamento	17.2	7.925	3.807
Receitas a apropriar	18	31	-
Outros passivos não circulantes		14	12
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>20.306</b>	<b>11.444</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	20.1	1.263	788
Reserva de capital		36	18
Reservas de lucros		2.599	1.961
Outros resultados abrangentes		(2)	(1)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.896</b>	<b>2.766</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>40.618</b>	<b>22.854</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)



	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita operacional líquida</b>	21	<b>54.520</b>	41.898
Custo das mercadorias vendidas	22	(45.557)	(34.753)
<b>Lucro bruto</b>		<b>8.963</b>	7.145
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	22	(4.379)	(3.334)
Despesas gerais e administrativas	22	(787)	(588)
Depreciações e amortizações		(919)	(638)
Resultado de equivalência patrimonial	11	44	47
Outras despesas operacionais, líquidas	23	(72)	(53)
		<b>(6.113)</b>	(4.566)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido</b>		<b>2.850</b>	2.579
Receitas financeiras	24	394	188
Despesas financeiras	24	(1.909)	(918)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(1.515)</b>	(730)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.335</b>	1.849
Imposto de renda e contribuição social	19.1	(115)	(239)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.220</b>	1.610
<b>Lucro básico por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R\$)</b>			
Ordinárias	25	<b>0,905322</b>	1,198020
<b>Lucro diluído por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R\$)</b>			
Ordinárias	25	<b>0,901589</b>	1,188520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhões de reais)



	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.220	1.610
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Valor justo de recebíveis	(2)	(1)
IR sobre outros resultados abrangentes	1	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.219</b>	<b>1.609</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.**

 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
 (Em milhões de reais)


	Reservas de lucros								
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	761	4	152	-	-	430	-	-	1.347
<b>Outros resultados abrangentes</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.610	-	1.610
Valor justo de recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	1.610	(1)	1.609
Aumento de capital em espécie	27	-	-	-	-	-	-	-	27
Opções de ações outorgadas	-	14	-	-	-	-	-	-	14
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(63)	-	(63)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(168)	-	(168)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	709	(430)	(279)	-	-
Reserva legal	-	-	5	-	-	-	(5)	-	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	-	1.095	(1.095)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>788</b>	<b>18</b>	<b>157</b>	<b>-</b>	<b>709</b>	<b>1.095</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>2.766</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.220	-	1.220
Valor justo de recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
IR sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	1	1
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	1.220	(1)	1.219
Aumento de capital em espécie (nota nº20.1)	11	-	-	-	-	-	-	-	11
Aumento de capital - Capitalização de reservas (nota nº20.1)	464	-	-	-	-	(464)	-	-	-
Opções de ações outorgadas	-	18	-	-	-	-	-	-	18
Juros sobre capital próprio (nota nº20.2)	-	-	-	-	-	-	(50)	-	(50)
Dividendos (nota nº20.2)	-	-	-	-	-	-	(68)	-	(68)
Reserva de incentivos fiscais (nota nº20.5)	-	-	-	-	753	-	(753)	-	-
Reserva de expansão (nota nº20.4)	-	-	-	632	-	(632)	-	-	-
Reserva legal (nota nº20.3)	-	-	23	-	-	-	(23)	-	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	-	326	(326)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.263</b>	<b>36</b>	<b>180</b>	<b>632</b>	<b>1.462</b>	<b>325</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>3.896</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhões de reais)



	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.220	1.610
<b>Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40	(127)
Perda (ganho) na alienação do imobilizado e de arrendamento	34	(12)
Depreciações e amortizações	990	687
Juros e variações monetárias	1.827	911
Resultado de equivalência patrimonial	(44)	(47)
Reversão para demandas judiciais	(7)	(48)
Provisão de opção de compra de ações	18	14
Provisão para obsolescência e quebras	418	302
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7	2
	<b>4.503</b>	<b>3.292</b>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>		
Contas a receber	(313)	(85)
Estoques	(2.505)	(943)
Impostos a recuperar	(336)	(12)
Depósitos judiciais	63	15
Outros ativos	9	(69)
Fornecedores	3.175	884
Salários e encargos sociais	159	54
Partes relacionadas	196	391
Demandas judiciais	(49)	(49)
Impostos e contribuições a recolher	101	4
Receitas a apropriar	68	128
Dividendos recebidos	16	11
Outros passivos	57	25
Imposto de renda e contribuição social, pagos	-	(374)
	<b>641</b>	<b>(20)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>5.144</b>	<b>3.272</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(3.524)	(2.231)
Aquisição de bens do ativo intangível	(636)	(854)
Aquisição de bens mantidos para venda	(250)	(403)
Venda de bens do imobilizado	-	3
Venda de bens do ativo mantido para venda	620	209
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(3.790)</b>	<b>(3.276)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital em espécie	11	27
Captação de empréstimos e financiamentos	3.959	6.090
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(183)	(6.073)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(783)	(406)
Dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos	(168)	(148)
Pagamento de passivo de arrendamento	(856)	(460)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	(42)	(8)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>1.938</b>	<b>(978)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.292</b>	<b>(982)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.550	3.532
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>5.842</b>	<b>2.550</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhões de reais)



	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas</b>		
Vendas de mercadorias e serviços	59.575	45.585
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(7)	(2)
Outras receitas, líquidas	231	159
	<b>59.799</b>	<b>45.742</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo das mercadorias vendidas	(49.983)	(38.017)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.920)	(2.222)
	<b>(52.903)</b>	<b>(40.239)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>6.896</b>	<b>5.503</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortização	(990)	(687)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>5.906</b>	<b>4.816</b>
<b>Recebido em transferência</b>		
Resultado de equivalência patrimonial	44	47
Receitas financeiras	413	198
	<b>457</b>	<b>245</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>6.363</b>	<b>5.061</b>
<b>Pessoal</b>	<b>2.970</b>	<b>2.189</b>
Remuneração direta	1.960	1.463
Benefícios	755	518
FGTS	155	115
Outros	100	93
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>211</b>	<b>333</b>
Federais	61	193
Estaduais	59	86
Municipais	91	54
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>1.962</b>	<b>929</b>
Juros	1.922	923
Aluguéis	40	6
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>1.220</b>	<b>1.610</b>
Juros sobre capital próprio	50	63
Dividendos	68	168
Lucros retidos	1.102	1.379
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>6.363</b>	<b>5.061</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Sendas") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "ASAÍ3", e na bolsa de *New York Stock Exchange* (NYSE), com o *ticker* "ASAÍ". A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de sua rede de lojas, representada pela bandeira "ASSAÍ". A Companhia possui sede no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 6.000, Lote 2 - Anexo A, Jacarepaguá/RJ. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia operava 263 lojas e 12 Centros de Distribuição, estando presente nas cinco regiões do país, atuando em 23 estados e no Distrito Federal.

A Companhia é uma controlada direta da Wilkes Participações S.A. ("Wilkes") e controlada indireta do Casino Guichard Perrachon.

### 1.1 Conversão de lojas Extra Hiper em Assaí

Em 14 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia e do Grupo Pão de Açúcar ("GPA") aprovaram a transação para a conversão de lojas Extra Hiper, operadas pelo GPA, em lojas de *cash & carry*, operadas sob a bandeira ASSAÍ ("Transação").

Em 16 de dezembro de 2021, a Companhia e o GPA assinaram o "Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais e outras avenças" ("Contrato"), regulando a cessão ao ASSAÍ, dos direitos de exploração de até 70 pontos comerciais localizados em diversas unidades federativas do Brasil, sendo 17 imóveis próprios do GPA e 53 imóveis de terceiros, pelo valor total de até R\$3.973, a ser pago pela Companhia em parcelas entre dezembro de 2021 e janeiro de 2024, corrigidos por CDI + 1,2% a.a., podendo também envolver a aquisição de alguns equipamentos existentes nas lojas.

Em 29 de dezembro de 2021, após o cumprimento das condições precedentes necessárias, a Companhia e o GPA assinaram um contrato de compra e venda de 20 pontos comerciais (6 imóveis próprios do GPA e 14 imóveis de terceiros) e ativos imobilizados (terrenos e edificações) dos 6 imóveis de propriedade do GPA no valor total de R\$1.201, localizados nos estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, (vide notas nº10.1 e 14). Na mesma data a Companhia pagou o valor de R\$1.000 ao GPA referente a essas aquisições. Os 6 imóveis próprios do GPA estavam classificados como mantidos para venda, pelo valor de R\$403 (vide nota nº27).

Em 25 de fevereiro de 2022, o GPA e a Companhia alienaram os 17 imóveis próprios (11 próprios do GPA e 6 imóveis adquiridos pela Companhia) pelo valor total de venda de até R\$1.200, para um fundo imobiliário ("Fundo") com a intervenção e garantia da Companhia.

Em 13 de abril de 2022 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") emitiu parecer favorável e sem restrições à venda dos 17 imóveis próprios do GPA ao fundo de investimento imobiliário Barzel Properties ("Fundo").

O fechamento da operação prevista no Contrato estava sujeito ao cumprimento de determinadas condições prévias, incluindo, mas não se limitando, à obtenção de consentimento prévio de proprietários dos imóveis de terceiros e desmobilização das lojas pelo GPA, sendo que essa operação não estava sujeita à aprovação das autoridades concorrenciais.

Em 17 de agosto de 2022, o Conselho de Administração do GPA aprovou a celebração de contratos de cessão de créditos com instituição financeira, com anuência da Companhia, para antecipação das parcelas entre 2023 e 2024 devidas pela Companhia, vide nota nº14.3.

Em 23 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração do GPA e da Companhia aprovaram a postergação da parcela que seria paga em 29 de dezembro de 2022 ao GPA no valor de R\$956 para o dia 23 de outubro de 2023. Essa postergação ocorreu por motivo operacional, pois o cronograma de pagamento da parcela ao GPA levava em consideração a entrega das lojas em determinadas datas e pelo cumprimento de determinadas condições prévias, tais como obtenção de consentimento dos proprietários dos imóveis e desmobilização das lojas pelo GPA. Para esta parcela, um novo contrato de cessão de créditos com instituição financeira foi celebrado pelo GPA, com as mesmas características do contrato anteriormente celebrado e com anuência da Companhia, vide nota nº14.3.

Em 26 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração do GPA e da Companhia confirmaram que 4 imóveis não foram objeto da Transação, sendo assim, na conclusão a Companhia recebeu a cessão de 66 imóveis, com ajuste no preço de aquisição de R\$3.973 para R\$3.928.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e o GPA, concluíram a transferência de 46 pontos comerciais no montante de R\$3.130 (20 pontos comerciais em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$798), totalizando 66 imóveis, incluindo os 17 imóveis próprios do GPA no valor de R\$1.200, localizados nas regiões Sudeste, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Distrito Federal, os quais tiveram superadas as condições prévias, vide notas nº10, 13 e 14. A Companhia efetuou o pagamento total no valor de R\$1.850 (R\$850 em 31 de março de 2022 e R\$1.000 em 31 de dezembro de 2021) ao GPA referente a essas aquisições. Dos 17 imóveis próprios do GPA que estavam registrados na rubrica "Ativos mantidos para venda", 16 imóveis foram vendidos ao Fundo. O saldo remanescente referente a 1 imóvel é de R\$95 (R\$403 em 31 de dezembro de 2021), vide nota nº27.

A Companhia incorreu em despesas com honorários advocatícios, laudos de avaliação e *due diligence*, relacionados à operação, e essas despesas foram registradas na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado, vide nota nº23.

## 1.2 Sale and Leaseback

Em 19 de julho de 2021, a Companhia celebrou o “Instrumento Particular de Compromisso de Investimento Imobiliário, Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície, Sob Condições Suspensivas e Outras Avenças” com fundo de investimento administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela TRX Gestora de Recursos Ltda. O Instrumento tem por objeto a venda, o desenvolvimento e a locação de 5 imóveis da Companhia localizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rondônia.

A operação contemplou a venda de cinco imóveis, sobre os quais serão realizadas obras de construção e desenvolvimento imobiliário. O valor total de venda a ser recebido pela Companhia é de R\$364, sendo que o valor de venda e de custeio das obras de construção dos imóveis servirão de base para a definição do valor final dos aluguéis mensais dos imóveis. O valor total transferido desses ativos para a rubrica de “Ativos mantidos para venda” foi de R\$17 em 31 de dezembro de 2022 (R\$349 em 31 de dezembro de 2021), vide nota nº12.2.

A Companhia concluiu a venda de três desses imóveis durante 2021 no valor de R\$209. Em dezembro de 2022, foi concluída a vendas dos imóveis remanescentes no valor de R\$165, vide nota nº27.

## 1.3 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº6.404/76, pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (i) determinados instrumentos financeiros; e (ii) ativos e passivos oriundos de combinações de negócios mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o Real – R\$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2023.

## 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

### 3.1 Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

### 3.2 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Ativos e passivos de longo prazo não são ajustados a valor presente no reconhecimento inicial, pois seus efeitos são imateriais.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o pronunciamento contábil CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

### 3.3 Investimentos em controladas em conjunto (Joint Venture)

Operações em conjunto ou *Joint Venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadoras em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

A controlada em conjunto está sendo contabilizada no método da equivalência patrimonial, vide nota nº11.

### 3.4 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

### 3.5 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia, vide nota nº20.2.

### 3.6 Demonstração dos fluxos de caixa, pagamentos de juros

As demonstrações dos pagamentos de juros sobre as operações de empréstimos e de arrendamentos realizadas pela Companhia, estão sendo divulgados nas atividades de financiamento em conjunto com os pagamentos dos empréstimos e arrendamentos relacionados, em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### 3.7 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 4 ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC E NORMAS PUBLICADAS VIGENTES A PARTIR DE 2022

### 4.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2022, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2022. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição
Alterações no CPC 27 / IAS 16: Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
Melhorias no CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos Financeiros	As alterações esclarecem as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.
Menhorias no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	As alterações excluem o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### 4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e IFRSs novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou antecipadamente, sendo os principais:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em/após
Alterações do CPC 26 (R1) e IAS 1: - Classificação de passivos como circulante e não circulante - Divulgação de políticas contábeis	- Especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: o que significa um direito de postergar a liquidação; que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. - As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais.	01/01/2023
Alterações do CPC 23 (R1) e IAS 8: Definição de estimativas contábeis	Introduzir a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e <i>inputs</i> para desenvolver as estimativas contábeis.	01/01/2023

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### 5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável – *impairment*, notas nºs 7.3, 12.1, 13.1 e 13.2.
- Estoques: constituição de provisões por estimativas de perda, nota nº8.
- Impostos a recuperar: expectativa de realização dos créditos tributários, nota nº9.
- Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros: mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nota nº15.10.
- Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade, nota nº16.
- Arrendamento mercantil: determinação do termo de contrato do leasing e da taxa de juros incremental, nota nº17.
- Imposto de renda: constituição de provisões com base em estimativas razoáveis, nota nº19.
- Pagamentos com base em ações: estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação, nota nº20.6.

#### 6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	213	74
Caixa e contas bancárias - Exterior (i)	24	25
Aplicações financeiras (ii)	5.605	2.451
	<u>5.842</u>	<u>2.550</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem recursos mantidos no exterior, sendo, R\$24 em dólares norte-americanos (R\$25 em dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras, correspondem às operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados pela média ponderada de 92,80% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (109,64% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

#### 7 CONTAS A RECEBER

Os saldos são registrados inicialmente pelo valor da transação, que correspondem ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Proveniente de vendas com:			
Administradoras de cartões de crédito	7.1	241	75
Administradoras de cartões de crédito - Partes relacionadas	10.1	49	24
Tickets de vendas e boletos	7.2	249	118
Contas a receber de partes relacionadas	10.1	24	31
Contas a receber de fornecedores/boletos		18	23
		<u>581</u>	<u>271</u>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7.3	(11)	(6)
		<u>570</u>	<u>265</u>

Abaixo apresentamos a composição do contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos	
			Até 30 dias	> 90 dias
31/12/2022	581	576	4	1
31/12/2021	271	269	1	1

### 7.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, antecipa o recebimento dos valores a vencer junto às administradoras, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada e realiza a baixa do saldo do contas a receber.

### 7.2 Tickets de vendas e boletos

Refere-se a valores provenientes de transações via meio de recebimentos: (i) tickets e vale-refeição R\$134 (R\$56 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) boletos R\$115 (R\$62 em 31 de dezembro de 2021).

### 7.3 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança do consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar estimativas para perdas com contas a receber por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

A estimativa para perdas esperadas de contas a receber mensuradas ao custo amortizado é apresentada como redutor do seu saldo contábil.

	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	(6)	(4)
Adições	(36)	(15)
Reversões	31	13
No final do exercício	<u>(11)</u>	<u>(6)</u>

## 8 ESTOQUES

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, ainda não realizadas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lojas		5.914	3.955
Centrais de distribuição		1.139	878
Acordos comerciais	8.1	(518)	(416)
Perdas com estoques	8.2	(68)	(37)
		<u>6.467</u>	<u>4.380</u>

### 8.1 Acordos comerciais

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques, totalizou R\$518 (R\$416 em 31 de dezembro de 2021).

## 8.2 Perdas com estoques

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	(37)	(51)
Adições	(435)	(315)
Reversões	17	13
Baixas	387	316
No final do exercício	(68)	(37)

## 9 IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia registra créditos tributários gerados na operação e todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o crédito de ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

Durante 2022 a Companhia registrou créditos de atualização monetária no montante de R\$109, decorrentes da existência de discussão judicial referente a ressarcimento de ICMS-ST.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, aspectos operacionais e projeções de geração de débitos para consumo desses créditos pela Companhia.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	9.1	1.210	1.153
PIS/COFINS	9.2	587	370
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		90	54
Impostos retidos a recuperar		74	61
Outros		21	8
Total		1.982	1.646
Circulante		1.055	876
Não circulante		927	770

### 9.1 Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada em cada Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo, gera uma antecipação do imposto e conseqüentemente um ressarcimento em determinadas operações.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia. A Companhia tem realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de conseqüente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ano	Valor
Em 1 ano	543
De 1 a 2 anos	298
De 2 a 3 anos	93
De 3 a 4 anos	77
De 4 a 5 anos	61
Após 5 anos	138
Total	1.210

## 9.2 Crédito de PIS e COFINS

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo das contribuições, no caso se deveria ser apenas o ICMS pago ou se todo o ICMS, conforme destacado nas respectivas notas fiscais. O STF proferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo.

O STF resolveu modular os efeitos da decisão, para os contribuintes que distribuíram as ações antes de 15 de março de 2017 ou com processos administrativos em andamento antes também dessa mesma data, teriam direito a aproveitar o período passado. Como a decisão foi proferida em processo com repercussão geral reconhecida, o entendimento firmado é de observância obrigatória por todos os juízes e tribunais. A Companhia informa que tinha ação judicial ingressada em 31 de outubro de 2013, tendo obtido decisão favorável e trânsito em julgado em 16 de julho de 2021, permitindo desta forma o reconhecimento do crédito do período abrangido na ação judicial.

Atualmente a Companhia, com o julgamento favorável da Suprema Corte, vem reconhecendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com base nas mesmas premissas acima mencionadas.

### • Expectativa de realização dos créditos do PIS e COFINS

Com relação aos créditos do PIS e COFINS a recuperar, a Administração da Companhia, pautada em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, projeta sua realização futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de PIS e da COFINS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ano	Valor
Em 1 ano	366
De 1 a 2 anos	221
Total	587

**Sendas Distribuidora S.A.**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2022**

*(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)*



**ASAÍ3**  
B3 LISTED NM

**ASAÍ**  
NYSE LISTED

**10 PARTES RELACIONADAS**

**10.1 Saldos e transações com partes relacionadas**

	Saldos do Ativo				Saldos do Passivo				Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladores										
Wilkes Participações S.A. (i)	-	-	-	-	-	-	2	2	(8)	(6)
Euris (ii)	-	-	-	-	-	-	1	1	(3)	(1)
Casino Guichard Perrachon (iii)	-	13	-	-	-	-	21	-	(60)	(35)
	-	13	-	-	-	-	24	3	(71)	(42)
Outras partes relacionadas										
GPA (iv)	24	18	234	100	8	8	237	365	(310)	(137)
Compre Bem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Greenyellow (v)	-	-	-	-	-	-	-	-	(33)	(26)
Joint Venture										
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") (vi)	49	24	18	14	25	14	-	-	25	15
	73	42	252	114	33	22	237	365	(318)	(149)
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>55</b>	<b>252</b>	<b>114</b>	<b>33</b>	<b>22</b>	<b>261</b>	<b>368</b>	<b>(389)</b>	<b>(191)</b>
Circulante	73	55	-	-	33	22	201	368	-	-
Não circulante	-	-	252	114	-	-	60	-	-	-

As transações com partes relacionadas estão representadas por operações realizadas segundo os preços, termos e condições acordados entre as partes, e são mensuradas substancialmente a valores de mercado, sendo as principais:

- (i) Wilkes Participações S.A.: reembolso de despesas com pessoal, aluguel de equipamentos e manutenção.
- (ii) Euris: reembolso de despesa conforme contratos firmados de *cost sharing* (despesas com pessoal, expatriados, manutenção, *marketing* e aluguel).

(iii) Casino Guichard Perrachon: (a) *Agency Agreement*: celebrado entre o GPA, a Companhia e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para regular a prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de ganho reduzidas em virtude de promoções realizadas pela Companhia em suas lojas; (b) *Agency Agreement*: celebrado entre o GPA, a Companhia e Casino International S.A. em 20 de dezembro de 2004, conforme aditado, para representação da Companhia na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais; (c) *Cost Sharing*: celebrado entre Casino Guichard Perrachon S.A., Euris, Helicco, Wilkes, GPA, Casino Service e a Companhia, em 01 de agosto de 2014, conforme aditado, para reembolso de custos incorridos pelas empresas do grupo Casino em atividades de seu pessoal que envolvem a transferência de *know-how*; e (d) *Cyber Risk Agreement*: celebrado em 01 de fevereiro de 2022 para prestação de serviços de seguro contra riscos cibernéticos.

(iv) GPA: (a) Acordo de separação: celebrado entre a Companhia e o GPA em 14 de dezembro de 2020, em que as companhias se comprometem a indenizar uma à outra por eventos que possam surgir em decorrência da reorganização societária; (b) Contrato de cessão onerosa de direitos de exploração de pontos comerciais: celebrado entre a Companhia e o GPA em 16 de dezembro de 2021, conforme aditado, para a aquisição dos pontos comerciais; (c) Contratos de locação de não residencial: celebrados a partir de 31 de janeiro de 2022, em razão da aquisição dos pontos comerciais das lojas Extra Hiper; (d) Compra e venda de imóveis: celebrado entre GPA e Barzel Retail Fundo de Investimento Imobiliário, em 23 de fevereiro de 2022, para alienação de até 17 imóveis de propriedade e posse do GPA ao fundo imobiliário, com intervenção da Companhia; e (e) Acordo de publicidade: celebrado entre GPA, Editora Globo e a Companhia, em 14 de fevereiro de 2022, para prever a prestação de serviços de publicidade pela Editora Globo mediante fornecimento de Cartões Multicash para aquisição de mercadorias diversas nos estabelecimentos das anunciantes (Companhia e GPA).

Em 31 de dezembro de 2022, o valor registrado em outros ativos é composto substancialmente por R\$150 referente ao saldo a receber da venda de 16 lojas Extra Hiper e R\$82 referente ao processo indenizatório firmado no acordo de separação entre as companhias ocorrido em 14 de dezembro de 2020. O valor registrado em outros passivos é composto substancialmente por R\$187 referente ao processo indenizatório e restituições firmados no acordo de separação entre as partes.

(v) Greenyellow: celebração de contratos com a Companhia para regular os termos da locação e manutenção de equipamentos de sistemas fotovoltaicos pela Greenyellow em lojas Assaí e contratos com a Companhia para a compra de energia comercializada em mercado livre.

(vi) FIC: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (a) serviços de correspondente bancário no Brasil; (b) acordo de indenização em que FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma à outra por contingências de suas responsabilidades; e (c) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

## 10.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração dos administradores que foram registradas no resultado da Companhia no exercício foram as seguintes (valores expressos em milhares de reais):

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Conselho de administração	31.971	25.533	-	-	7.103	7.111	39.074	32.644
Diretores e estatutários	56.241	20.241	26.310	14.485	19.785	7.632	102.337	42.358
Conselho fiscal	584	331	-	-	-	-	584	331
	<b>88.796</b>	<b>46.105</b>	<b>26.310</b>	<b>14.485</b>	<b>26.888</b>	<b>14.743</b>	<b>141.995</b>	<b>75.333</b>

O plano de opção de compra de ações, integralmente em ações, se relaciona aos executivos da Companhia e esse plano vem sendo tratado no resultado da Companhia. As despesas correspondentes são alocadas à Companhia e registradas no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital - opções de compra no patrimônio líquido. Não há outros benefícios de curto ou de longo prazo concedidos aos membros da administração da Companhia.

## 11 INVESTIMENTOS

A seguir são apresentados os detalhes do investimento da Companhia no encerramento do exercício:

Tipo de investimento	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %	
			Participação direta	
			31/12/2022	31/12/2021
Joint Venture	Bellamar Empreendimento e Participações S.A.	Brasil	50,00	50,00

### Informações financeiras resumidas da Joint Venture

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante	1	33
Ativo não circulante	519	433
Passivo circulante	-	33
Patrimônio líquido	520	433
Lucro líquido do exercício	86	95

### Composição e movimentação dos investimentos

	Bellamar
Saldo em 31/12/2020	769
Equivalência patrimonial	47
Dividendos recebidos	(11)
Dividendos a receber	(16)
Saldo em 31/12/2021	789
Saldo em 31/12/2021	789
Equivalência patrimonial	44
Saldo em 31/12/2022	833

#### 11.1 Negócio em conjunto (Joint Venture)

A Bellamar é uma sociedade que detém 35,76% do capital social da FIC (Financeiro do Banco Itaú). Com essa operação a Companhia passa a deter de forma indireta participação de 17,88% na FIC. A FIC tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentadas, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no país. As operações da FIC são conduzidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

O investimento está reconhecido como um negócio em conjunto (*Joint Venture*) e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *Joint Venture* de acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*) é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição.

As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia determinará, em cada data de fechamento anual do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *Joint Venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Caso se constate, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a análise para verificar se o investimento em sua *Joint Venture* poderia não ser recuperável, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

## 12 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Taxa média de depreciação anual em %
Edifícios	2,78
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	6,42
Máquinas e equipamentos	14,29
Instalações	6,64
Móveis e utensílios	10,72
Outros	20,00

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2022 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data de entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

### 12.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("impairment test") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto nominal, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC") que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis incluindo ágio e fundo de comércio são apresentados nas notas nº13.1 e 13.2.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

#### 12.1.1 Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (35%), representativo de transações entre empresas de atacado. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja, sendo em média 4,40% (6,60% em 2021) para os próximos cinco anos e taxa de desconto de 12,20% (10,40% em 2021) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

## 12.2 Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2021	Adições (i)	Remensuração	Baixas	Depreciações	Transferências e outros (ii)	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	570	48	-	(18)	-	-	600
Edifícios	656	117	-	-	(17)	(26)	730
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	3.596	3.451	-	(27)	(284)	129	6.865
Máquinas e equipamentos	828	708	-	(4)	(184)	92	1.440
Instalações	362	258	-	(7)	(35)	7	585
Móveis e utensílios	416	279	-	(2)	(70)	132	755
Imobilizações em andamento	235	582	-	(1)	-	(273)	543
Outros	37	24	-	-	(16)	19	64
<b>Subtotal</b>	<b>6.700</b>	<b>5.467</b>	<b>-</b>	<b>(59)</b>	<b>(606)</b>	<b>80</b>	<b>11.582</b>
Arrendamento – Direito de uso:							
Edifícios	3.604	3.810	695	(70)	(351)	(95)	7.593
Equipamentos	16	-	-	-	(6)	(2)	8
<b>Subtotal</b>	<b>3.620</b>	<b>3.810</b>	<b>695</b>	<b>(70)</b>	<b>(357)</b>	<b>(97)</b>	<b>7.601</b>
<b>Total</b>	<b>10.320</b>	<b>9.277</b>	<b>695</b>	<b>(129)</b>	<b>(963)</b>	<b>(17)</b>	<b>19.183</b>

	Saldo em 31/12/2020	Adições (i)	Remensuração	Baixas	Depreciações	Transferências e outros (ii)	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	481	207	-	(2)	-	(116)	570
Edifícios	609	258	-	(4)	(15)	(192)	656
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	2.598	1.161	-	(1)	(182)	20	3.596
Máquinas e equipamentos	635	307	-	(1)	(128)	15	828
Instalações	269	118	-	(1)	(25)	1	362
Móveis e utensílios	340	110	-	(2)	(53)	21	416
Imobilizações em andamento	78	266	-	-	-	(109)	235
Outros	37	6	-	-	(14)	8	37
<b>Subtotal</b>	<b>5.047</b>	<b>2.433</b>	<b>-</b>	<b>(11)</b>	<b>(417)</b>	<b>(352)</b>	<b>6.700</b>
Arrendamento – Direito de uso:							
Edifícios	2.423	885	628	(92)	(244)	4	3.604
Equipamentos	6	16	-	-	(5)	(1)	16
<b>Subtotal</b>	<b>2.429</b>	<b>901</b>	<b>628</b>	<b>(92)</b>	<b>(249)</b>	<b>3</b>	<b>3.620</b>
<b>Total</b>	<b>7.476</b>	<b>3.334</b>	<b>628</b>	<b>(103)</b>	<b>(666)</b>	<b>(349)</b>	<b>10.320</b>

(i) Inclui a captação de juros no valor de R\$774 (R\$38 em 31 de dezembro de 2021), vide nota nº12.4.

(ii) Inclui as transferências de ativos imobilizados para "Ativos mantidos para venda", no valor de R\$17 (R\$349 em 31 de dezembro de 2021), vide nota nº1.2.

## 12.3 Composição do imobilizado

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	600	-	600	570	-	570
Edifícios	859	(129)	730	767	(111)	656
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	7.933	(1.068)	6.865	4.387	(791)	3.596
Máquinas e equipamentos	2.160	(720)	1.440	1.373	(545)	828
Instalações	729	(144)	585	472	(110)	362
Móveis e utensílios	1.043	(288)	755	635	(219)	416
Imobilizações em andamento	543	-	543	235	-	235
Outros	157	(93)	64	115	(78)	37
Subtotal	14.024	(2.442)	11.582	8.554	(1.854)	6.700
Arrendamento - Direito de uso:						
Edifícios	8.924	(1.331)	7.593	4.566	(962)	3.604
Equipamentos	57	(49)	8	61	(45)	16
Subtotal	8.981	(1.380)	7.601	4.627	(1.007)	3.620
Total imobilizado	23.005	(3.822)	19.183	13.181	(2.861)	10.320

#### 12.4 Capitalização de juros dos empréstimos e arrendamentos financeiros

O valor dos custos de empréstimos e arrendamentos financeiros capitalizados diretamente atribuíveis à reforma, construção e aquisição de ativos imobilizados e intangíveis no escopo do CPC 20 (R1) / IAS 23 - Custo de Empréstimos e o valor de depreciação e juros de passivo de arrendamento incorporados ao valor dos ativos imobilizados e/ou intangíveis, pelo período em que os ativos ainda não estão em seu uso pretendido de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, totalizaram o valor de R\$774 (R\$38 em 31 de dezembro de 2021). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 112,16% (117,70% em 31 de dezembro de 2021) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

#### 12.5 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Adições	9.277	3.334
Arrendamentos	(3.810)	(901)
Juros capitalizados	(774)	(38)
Aquisição de imobilizado – Adições	(5.080)	(2.284)
Aquisição de imobilizado – Pagamentos	3.911	2.120
Total	3.524	2.231

As adições efetuadas pela Companhia referem-se a compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas e centros de distribuição, modernização das centrais de distribuição, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições dos exercícios, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

#### 12.6 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$71 (R\$49 em 31 de dezembro de 2021), referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

### 13 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente ágio, *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno e fundo de comércio (direito de uso das lojas).

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa média de amortização é de 14,04% ao ano, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Remensu- ração	Amortiza- ções	Saldo em 31/12/2022
Ágio	618	-	-	-	618
Softwares	75	18	-	(17)	76
Fundo de comércio (i)	1.136	3.139	-	(8)	4.267
Marcas	39	-	-	-	39
Subtotal	1.868	3.157	-	(25)	5.000
Arrendamento – Direito de uso:					
Bens e direitos	19	-	1	(2)	18
Subtotal	19	-	1	(2)	18
Total	1.887	3.157	1	(27)	5.018

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortiza- ções	Baixa	Transfe- rência	Saldo em 31/12/2021
Ágio	618	-	-	-	-	618
Softwares	70	21	(14)	(1)	(1)	75
Fundo de comércio	310	833	(7)	-	-	1.136
Marcas	39	-	-	-	-	39
Subtotal	1.037	854	(21)	(1)	(1)	1.868
Arrendamento – Direito de uso:						
Bens e direitos	-	18	-	-	1	19
Subtotal	-	18	-	-	1	19
Total	1.037	872	(21)	(1)	-	1.887

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na coluna Adições, estão apresentados, substancialmente, os valores de aquisição dos 46 pontos comerciais das lojas Extra Hiper, no valor de R\$3.130, vide nota nº1.1.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	871	(253)	618	871	(253)	618
Softwares	151	(75)	76	133	(58)	75
Fundo de comércio	4.299	(32)	4.267	1.160	(24)	1.136
Marcas	39	-	39	39	-	39
Subtotal	5.360	(360)	5.000	2.203	(335)	1.868
Arrendamento – Direito de uso:						
Bens e direitos	29	(11)	18	28	(9)	19
Total do intangível	5.389	(371)	5.018	2.231	(344)	1.887

### 13.1 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação (*impairment test*) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº12.1.

A Companhia revisou o plano utilizado para avaliação do *impairment* para as suas operações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela alta Administração para os próximos três anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2022. A taxa de desconto aplicada para a projeções de fluxo de caixa é de 12,20% em 31 de dezembro de 2022 (10,40% em 31 de dezembro de 2021), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,40% em 31 de dezembro de 2022 (6,60% em 31 de dezembro de 2021). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

### 13.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio são testados seguindo as premissas descrito na nota nº12.1.1.

O valor de fundo de comércio registrado em 2022 está relacionado, substancialmente, a aquisição das lojas do Extra Hiper. A Companhia utilizou para o teste de *impairment* uma única UGC com todas as lojas adquiridas, considerando o período de maturação das lojas (2 anos).

### 13.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Adições	3.157	872
Arrendamentos	-	(18)
Aquisição de intangível – Adições	(3.130)	-
Aquisição de intangível – Pagamentos	609	-
Total	636	854

**14 FORNECEDORES E FORNECEDORES - CONVÊNIOS**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores			
Fornecedores de produtos		9.196	5.849
Fornecedores - Aquisição de imobilizado		140	197
Fornecedores de serviços		129	74
Fornecedores de serviços - Partes relacionadas	10.1	33	22
Acordos comerciais	14.2	(960)	(576)
Total Fornecedores		8.538	5.566
Fornecedores - Convênios			
Fornecedores de produtos	14.1	813	573
Fornecedores - Aquisição de imobilizado	14.1	1.226	-
Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra	14.3	3.202	-
Total Fornecedores - Convênios		5.241	573
Total		13.779	6.139
Circulante		12.999	6.139
Não circulante		780	-

**14.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos**

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações mercantis entre as partes.

A Administração avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores contratados. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação.

Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos decorrentes não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras) relacionadas.

Referidos saldos são classificados como "fornecedores - convênios" e os pagamentos são feitos às instituições financeiras nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor. Como resultado, todo o fluxo de caixa advindo destas operações é apresentado como operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a pagar correlacionado a estas operações é de R\$2.039 (R\$573 em 31 de dezembro de 2021).

**14.2 Acordos comerciais**

Incluem acordos comerciais e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

**14.3 Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra**

Conforme mencionado na nota nº1.1, em setembro e dezembro de 2022, o GPA realizou a cessão dos seus recebíveis na venda das lojas Extra para a Companhia com uma instituição financeira correspondentes as parcelas a vencer entre 2023 e 2024. A Administração da Companhia, como anuente da operação, avaliou os termos contratuais da cessão dos recebíveis e de acordo com o CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, concluiu que não houve modificação nas condições originalmente contratadas com o GPA, mantendo-se a característica dos termos, sendo que os pagamentos das parcelas serão realizados diretamente pela Companhia à instituição financeira, mantendo os mesmos vencimentos e juros anteriormente acordados com GPA. Portanto, a Administração concluiu que foi mantida a característica da operação como um contas a pagar pela aquisição dos pontos comerciais das lojas Extra Hiper.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R\$3.202 (não há valor registrado em 31 de dezembro de 2021).

**15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS****15.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros**

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

• **Ativos financeiros mensurados ao VJR:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. São reconhecidos no resultado os ganhos e perdas cambiais, a receita de juros e as perdas. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• **Ativos financeiros ao VJORA:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR ou passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

• **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

• **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

## 15.2 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

### 15.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

### 15.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. (B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão) e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

### 15.5 Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, aluguéis a receber e é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de *rating* quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

- **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

- **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

- **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável:** Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".

- **Contas a receber e ativos contratuais:** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- *Status* de inadimplência, risco de *default* e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

### Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.842	2.550
Partes relacionadas - Ativo	10.1	252	114
Contas a receber e outras contas a receber		198	169
Valor justo por meio do resultado			
Ganho de instrumentos financeiros a valor justo	15.11.1	182	32
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e <i>tickets</i> de vendas		424	155
Passivos financeiros			
Outros passivos financeiros - custo amortizado			
Partes relacionadas - Passivo	10.1	(261)	(368)
Fornecedores e Fornecedores - Convênios	14	(13.779)	(6.139)
Empréstimos e financiamentos	15.11.1	(1.217)	(1.210)
Debêntures e notas promissórias	15.12	(11.025)	(6.446)
Passivo de arrendamento	17.2	(8.360)	(4.051)
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	15.11.1	(313)	(341)
Perda de instrumentos financeiros a valor justo	15.11.1	(36)	(36)
Exposição líquida		(28.093)	(15.571)

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela acima se aproximam do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgado na nota nº15.9.

## 15.6 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

### 15.6.1 Risco de crédito

- **Caixa e equivalentes de caixa**

A fim de minimizar o risco de crédito, são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

#### • Contas a receber

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas a prazo serem realizadas por meio de cartões de crédito. Esses recebíveis podem ser antecipados a qualquer momento, sem direito de regresso, junto aos bancos ou administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro, gerando o desconhecimento das contas a receber. Além disso, as principais adquirentes utilizadas pela Companhia são ligadas a instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança.

Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

#### 15.6.2 Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

#### 15.6.3 Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

#### 15.6.4 Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(12.591)	(8.033)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5.842	2.550
(-) Instrumentos financeiros derivativos	182	32
Dívida líquida	(6.567)	(5.451)
Patrimônio líquido	3.896	2.766
% Dívida líquida sobre patrimônio líquido	169%	197%

#### 15.6.5 Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento diário do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	948	835	-	1.783
Debêntures e notas promissórias	1.142	11.362	3.671	16.175
Instrumentos financeiros derivativos	214	219	(1.081)	(648)
Passivo de arrendamento	1.356	5.828	13.494	20.678
Fornecedores	8.538	-	-	8.538
Fornecedores - Convênios	2.039	-	-	2.039
Fornecedores - Convênios - Aquisição lojas Extra	2.422	780	-	3.202
Total	12.198	18.244	16.084	46.526

As informações foram preparadas considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

#### 15.7 Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de referência dos contratos era R\$2.360 (R\$1.888 em 31 de dezembro de 2021). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores (“*caps*”), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 48 / IFRS 9, a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

	Valor de referência		Valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Swap de <i>hedge</i>				
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)	2.360	1.888	2.542	1.869
Posição ativa				
Taxa pré-fixada	106	106	109	60
USD + Fixa	282	282	282	281
<i>Hedge</i> - CRI	1.972	1.500	2.151	1.528
Posição passiva	(2.360)	(1.888)	(2.396)	(1.873)
Posição de <i>hedge</i> líquida	-	-	146	(4)

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R\$146 (a pagar R\$4 em 31 de dezembro de 2021), o ativo está registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” e o passivo em “Empréstimos e financiamentos”.

Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 resultaram em um ganho de R\$29 (perda de R\$4 em 31 de dezembro de 2021), sendo apresentado na rubrica Custo da dívida nota nº24.

### 15.7.1 Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa das operações, utilizando as curvas de CDI futuro disponibilizadas pela B3, acrescidas dos respectivos *spreads* das operações, e descontando-os ao valor presente, usando as mesmas curvas de CDI, divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais “versus” CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

### 15.8 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, uma deterioração de 5% e 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de juros ponderada foi de 12,95% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Transações	Nota	Risco (Aumento do CDI)	Saldo em 31/12/2022	Projeções de mercado		
				Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos e financiamentos	15.11.1	CDI + 1,55% a.a.	(1.223)	(170)	(178)	(187)
Empréstimos e financiamentos (taxa pré-fixada)	15.11.1	TR + 9,80%	(48)	(58)	(62)	(67)
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	15.11.1	USD + 1,06% a.a.	(262)	(6)	(20)	(33)
Debêntures e notas promissórias	15.11.1	CDI + 1,44% a.a.	(11.123)	(1.534)	(1.611)	(1.688)
Efeito líquido (perda) total			(12.656)	(1.768)	(1.871)	(1.975)
Equivalentes de caixa	6	92,80%	5.605	734	771	808
Exposição líquida passiva			(7.051)	(1.034)	(1.100)	(1.167)

## 15.9 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 / IFRS 13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo.

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o "benchmarking" do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo		Nível
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Contas a receber com administradoras de cartões de crédito e tickets de vendas	424	155	424	155	2
Swaps de taxas de juros entre moedas	(36)	(11)	(36)	(11)	2
Swaps de taxas de juros	2	4	2	4	2
Swaps de taxas de juros - CRI	180	3	180	3	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(313)	(341)	(313)	(341)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(12.242)	(7.656)	(12.096)	(7.372)	2
	(11.985)	(7.846)	(11.839)	(7.562)	

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os swaps de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

## 15.10 Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém contratos de derivativos nas instituições financeiras Itaú BBA, Scotiabank, BR Partners, Santander e Banco XP.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de referência	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Divida				
USD - BRL	USD50	2023	(36)	(11)
Divida				
IPCA - BRL	R\$1.972	2028, 2029 e 2031	180	3
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP				
Taxa pré-fixada x CDI	R\$54	2027	1	2
Taxa pré-fixada x CDI	R\$52	2027	1	2
Derivativos - Hedge de valor justo - Brasil			146	(4)

## 15.11 Empréstimos e financiamentos

### 15.11.1 Composição da dívida

	Taxa média ponderada	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>			
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,46% a.a.	454	194
Custo de captação		(23)	(14)
Total de debêntures e notas promissórias		431	180
<b>Empréstimos e financiamentos</b>			
<b>Em moeda nacional</b>			
Capital de giro	TR + 9,80%	12	14
Capital de giro	CDI + 1,15% a.a.	523	419
Custo de captação		(4)	(4)
Total moeda nacional		531	429
<b>Em moeda estrangeira</b>			
Capital de giro	USD + 1,06% a.a.	262	1
Total moeda estrangeira		262	1
Total de empréstimos e financiamentos		793	430
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>			
Contratos de <i>swap</i>	CDI + 0,84% a.a.	(27)	(4)
Contratos de <i>swap</i>	CDI + 1,35% a.a.	36	3
Total instrumentos financeiros derivativos		9	(1)
Total circulante		1.233	609
<b>Não circulante</b>			
<b>Taxa média ponderada</b>			
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,44% a.a.	10.669	6.329
Custo de captação		(75)	(63)
Total de debêntures e notas promissórias		10.594	6.266
<b>Empréstimos e financiamentos</b>			
<b>Em moeda nacional</b>			
Capital de giro	TR + 9,80%	39	47
Capital de giro	CDI + 1,84% a.a.	700	800
Custo de captação		(2)	(5)
Total moeda nacional		737	842
<b>Em moeda estrangeira</b>			
Capital de giro	USD + 1,06% a.a.	-	279
Total moeda estrangeira		-	279
Total de empréstimos e financiamentos		737	1.121
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>			
Contratos de <i>swap</i>	CDI + 0,84% a.a.	(155)	(28)
Contratos de <i>swap</i>	CDI + 1,35% a.a.	-	33
Total instrumentos financeiros derivativos		(155)	5
Total não circulante		11.176	7.392
Total		12.409	8.001
Ativo circulante		27	4
Ativo não circulante		155	28
Passivo circulante		1.260	613
Passivo não circulante		11.331	7.420

### 15.11.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.763
Captações	6.090
Provisão de juros	559
Contratos de <i>swap</i>	39
Marcação a mercado	31
Variação cambial e monetária	5
Efeito de modificação de dívida IFRS 9	(71)
Custo de captação	64
Amortização de juros	(406)
Amortização de principal	(6.075)
Amortização de <i>swap</i>	2
Saldo em 31 de dezembro 2021	8.001
<b>Valor</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.001
Captações	3.959
Provisão de juros	1.436
Contratos de <i>swap</i>	82
Marcação a mercado	(111)
Variação cambial e monetária	(18)
Custo de captação	26
Amortização de juros	(783)
Amortização de principal	(61)
Amortização de <i>swap</i>	(122)
Saldo em 31 de dezembro 2022	12.409

## 15.11.3 Cronograma de vencimentos não circulantes

Vencimento	Valor
De 1 a 2 anos	2.150
De 2 a 3 anos	3.872
De 3 a 4 anos	548
De 4 a 5 anos	2.389
Após 5 anos	2.294
<b>Total</b>	<b>11.253</b>
Custo de captação	(77)
<b>Total</b>	<b>11.176</b>

## 15.12 Debêntures e notas promissórias

	Tipo	Valor de emissão (em milhares)	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
				Emissão	Vencimento				
1ª Emissão de notas promissórias - 3ª série	Sem preferência	50	1	04/07/2019	04/07/2022	CDI + 0,72% a.a.	-	-	57
1ª Emissão de notas promissórias - 4ª série	Sem preferência	250	5	04/07/2019	04/07/2023	CDI + 0,72% a.a.	63.479.473	317	281
1ª Emissão de notas promissórias - 5ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2024	CDI + 0,72% a.a.	63.479.473	254	225
1ª Emissão de notas promissórias - 6ª série	Sem preferência	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	63.479.473	254	225
2ª Emissão de debêntures - 1ª série	Sem preferência	940.000	940.000	01/06/2021	20/05/2026	CDI + 1,70% a.a.	1.017	957	951
2ª Emissão de debêntures - 2ª série	Sem preferência	660.000	660.000	01/06/2021	22/05/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.017	672	668
2ª Emissão de notas promissórias - 1ª série	Sem preferência	1.250.000	1.250.000	27/08/2021	27/08/2024	CDI + 1,47% a.a.	1.173	1.467	1.285
2ª Emissão de notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	1.250.000	1.250.000	27/08/2021	27/02/2025	CDI + 1,53% a.a.	1.173	1.468	1.286
3ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	Sem preferência	982.526	982.526	15/10/2021	16/10/2028	IPCA + 5,15% a.a.	1.091	1.072	1.012
3ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	Sem preferência	517.474	517.474	15/10/2021	15/10/2031	IPCA + 5,27% a.a.	1.092	565	533
4ª Emissão de debêntures - série única	Sem preferência	2.000.000	2.000.000	07/01/2022	26/11/2027	CDI + 1,75% a.a.	1.014	2.028	-
1ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	Sem preferência	750.000	750.000	10/02/2022	09/02/2025	CDI + 1,70% a.a.	1.058	793	-
5ª Emissão de debêntures - série única - CRI	Sem preferência	250.000	250.000	05/04/2022	28/03/2025	CDI + 0,75% a.a.	1.034	258	-
6ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	Sem preferência	72.962	72.962	28/09/2022	11/09/2026	CDI + 0,60% a.a.	1.035	75	-
6ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	Sem preferência	55.245	55.245	28/09/2022	13/09/2027	CDI + 0,70% a.a.	1.035	57	-
6ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	Sem preferência	471.793	471.793	28/09/2022	13/09/2029	IPCA + 6,70% a.a.	1.027	485	-
2ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	Sem preferência	400.000	400.000	26/12/2022	26/12/2025	CDI + 0,93% a.a.	1.002	401	-
Custo de captação								(98)	(77)
								<b>11.025</b>	<b>6.446</b>
Circulante								431	180
Não circulante								10.594	6.266

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

## 15.13 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía empréstimos em moeda estrangeira para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

## 15.14 Garantias

A Companhia assinou nota promissória para o contrato de empréstimos junto ao Scotiabank no valor de USD50 milhões, que podem ser executados após o vencimento e não pagamento do empréstimo relacionado.

## 15.15 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos, taxas de juros pré-fixado e IPCA, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,43% (4,40% em 31 de dezembro de 2021).

## 15.16 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida consolidada/patrimônio líquido menor ou igual a 3,00 não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava com todas as obrigações contratuais cumpridas e adimplente em relação a esses índices.

## 16 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. A Companhia tem como política o provisionamento dos honorários sobre êxito. Nas notas explicativas são divulgados os valores envolvidos para as causas ainda não finalizadas e consideradas como êxito possível.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	169	64	49	282
Adições	39	44	8	91
Reversões	(106)	(23)	(10)	(139)
Pagamento	-	(21)	(28)	(49)
Atualização monetária	7	5	8	20
Saldo em 31 de dezembro de 2021	109	69	27	205
Depósito judicial	(65)	(45)	(2)	(112)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	44	24	25	93
	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	109	69	27	205
Adições	14	74	13	101
Reversões	(73)	(31)	(4)	(108)
Pagamento	-	(33)	(16)	(49)
Atualização monetária	5	7	4	16
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55	86	24	165
Depósito judicial	(7)	(29)	(8)	(44)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	48	57	16	121

### 16.1 Tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) IPI na revenda de produtos importados; e (iv) demais assuntos.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 para esses assuntos é de R\$55 (R\$109 em 31 de dezembro de 2021).

### 16.2 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$86 (R\$69 em 31 de dezembro de 2021), referente ao potencial de risco de perda em relação as reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

### 16.3 Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

A Companhia ajuíza e responde a diversas ações cíveis e imobiliárias, revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos pela entidade. A Companhia constitui provisão da diferença entre os valores de aluguéis mensais pagos pelas lojas e os valores de aluguéis apurados em perícia judicial, considerando que é o valor do laudo pericial que servirá de base para a decisão judicial que alterará o valor do aluguel pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2022, o montante da provisão para essas ações é de R\$19 (R\$21 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras). A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2022, o montante da provisão para essas ações é de R\$5 (R\$6 em 31 de dezembro de 2021).

O total das demandas cíveis, regulatórias e imobiliárias em 31 de dezembro de 2022 da Companhia é de R\$24 (R\$27 em 31 de dezembro de 2021).

#### 16.4 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram classificadas pela Administração com assessoria dos seus advogados externos como possíveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R\$2.443 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.346 em 31 de dezembro de 2021), e são relacionadas principalmente a:

IRPJ, IRRF, CSLL – A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, glosa de amortização fiscal de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$612 em 31 de dezembro de 2022 (R\$478 em 31 de dezembro de 2021).

COFINS, PIS – A Companhia vem sendo questionada sobre divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$650 em 31 de dezembro de 2022 (R\$609 em 31 de dezembro de 2021).

ICMS – A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; e (ii) dentre outros. A soma dessas autuações totaliza R\$1.084 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.128 em 31 de dezembro de 2021), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.

ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se às autuações de divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS – ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo montante é de R\$16 em 31 de dezembro de 2022 (R\$13 em 31 de dezembro de 2021) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.

INSS – A Companhia foi autuada por divergências na Guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), compensações não homologadas, dentre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$23 em 31 de dezembro de 2022 (R\$56 em 31 de dezembro de 2021). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$44 em 31 de dezembro de 2022 (R\$47 em 31 de dezembro de 2021).

Foram abertas três ações cíveis públicas movidas por instituições ligadas ao movimento negro, em razão de uma abordagem a um cliente em agosto de 2021 na loja de Limeira - SP, na qual alegam que os motivadores da abordagem seriam questões raciais, sendo o objeto das ações a indenização por danos coletivos. Todas foram devidamente respondidas. Uma delas já foi extinta pelo judiciário sem maiores efeitos. Em 31 de dezembro de 2022 ainda restam duas ações vigentes em andamento e, dada a subjetividade do tema, ainda não é possível estimar razoavelmente os valores envolvidos. Ainda não se espera impacto significativo nas demonstrações financeiras.

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judicial desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2022 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$14 (R\$15 em 31 de dezembro de 2021).

#### 16.5 Garantias

A Companhia apresentou fianças bancárias e seguros garantia aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	Cartas de fiança
Tributários	700
Trabalhistas	91
Cíveis e outros	505
Total	1.296

O custo das garantias é aproximadamente 0,29% ao ano do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

## 16.6 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes as decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais.

Processos	31/12/2022	31/12/2021
Tributários	12	65
Trabalhistas	34	50
Cíveis e outros	10	4
Total	56	119

## 17 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

### 17.1 Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos.

#### A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5 mil (equivalente a R\$26 mil em 31 de dezembro de 2022).

Os contratos são registrados quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao direito de uso (notas nºs12 e 13), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

#### A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

### 17.2 Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$8.360 em 31 de dezembro de 2022 (R\$4.051 em 31 de dezembro de 2021). Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - Pagamentos mínimos		
Até 1 ano	435	244
De 1 a 5 anos	1.646	1.231
Mais de 5 anos	6.279	2.576
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	8.360	4.051
Circulante	435	244
Não circulante	7.925	3.807
Encargos futuros de financiamento	12.318	4.042
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	20.678	8.093
PIS/COFINS embutido no valor presente dos contratos de arrendamento	508	246
PIS/COFINS embutido no valor bruto dos contratos de arrendamento	1.257	492

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota nº24. A taxa de juros incremental da Companhia na data da assinatura dos contratos foi 12,20% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (10,53% em 31 de dezembro de 2021).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 8,74% (4,42% em 31 de dezembro de 2021). O prazo médio dos contratos considerados é de 19,41 anos.

### 17.3 Movimentação das obrigações de arrendamento mercantil

	Valor
Em 31 de dezembro de 2020	2.776
Captação - Arrendamento	919
Remensuração	628
Provisão de juros	302
Amortização de principal	(460)
Amortizações de juros	(8)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(106)
Em 31 de dezembro de 2021	4.051

	Valor
Em 31 de dezembro de 2021	4.051
Captação - Arrendamento	3.810
Remensuração	696
Provisão de juros	781
Amortização de principal	(856)
Amortizações de juros	(42)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(80)
Em 31 de dezembro de 2022	8.360

### 17.4 Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	31/12/2022	31/12/2021
(Despesas) receitas do exercício:		
Variáveis (1% a 2% das vendas)	(31)	(6)
Subarrendamentos (i)	55	31

(i) Refere-se, principalmente, à receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

### 18 RECEITAS A APROPRIAR

São reconhecidas pela Companhia como passivo, pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais, sendo reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço.

	31/12/2022	31/12/2021
Sale and Leaseback	3	68
Back Lights (i)	259	233
Checkstand (ii)	45	41
Acordo comercial - Folha de pagamento (iii)	39	-
Marketing e outros	13	14
Total	359	356
Circulante	328	356
Não circulante	31	-

(i) Aluguéis de painéis luminosos "back light".

(ii) Módulos para exposição de produtos "checkstand" dos seus fornecedores e aluguel de ponta de gôndola.

(iii) Acordo comercial com instituição financeira referente a exclusividade para o processamento da folha de pagamento.

### 19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9% no caso da CSLL.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos decorrentes de prejuízos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade do negócio da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

### 19.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.335	1.849
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal (34%)	(454)	(629)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Multas fiscais	(2)	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	15	16
Juros sobre capital próprio	17	22
Subvenção de ICMS - Incentivos fiscais (i)	248	241
Créditos juros Selic	-	81
Créditos de atualizações monetárias	64	11
Outros	(3)	20
Imposto de renda efetivo	(115)	(239)
Imposto de renda e contribuição social do exercício		
Corrente	(75)	(366)
Diferido	(40)	127
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(115)	(239)
Taxa efetiva	8,6%	12,9%

(i) A Companhia apura benefícios fiscais que são caracterizados como subvenção para investimentos conforme previsto na Lei Complementar nº160/17 e Lei nº12.973/14. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL do valor constituído da reserva de incentivos fiscais, vide nota nº20.5.

### 19.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízos fiscais	213	-	213	167	-	167
Provisão para demandas judiciais	44	-	44	59	-	59
Variação cambial	-	(28)	(28)	-	(7)	(7)
Amortização fiscal de ágio	-	(317)	(317)	-	(317)	(317)
Ajuste a marcação de mercado	-	(29)	(29)	1	-	1
Imobilizado e intangível	30	-	30	33	-	33
Perdas não realizadas com créditos tributários	-	(6)	(6)	-	(28)	(28)
Provisões para reestruturação	12	-	12	-	-	-
Provisões de estoque	26	-	26	15	-	15
Custo de captação	-	(35)	(35)	-	(30)	(30)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	101	-	101	150	-	150
Outros	-	(5)	(5)	2	-	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	426	(420)	6	427	(382)	45
Compensação	(420)	420	-	(382)	382	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	6	-	6	45	-	45

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Montante
Em 1 ano	47
De 1 a 2 anos	44
De 2 a 3 anos	213
De 4 a 5 anos	5
Após 5 anos	117
	<u>426</u>

### 19.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	45	(82)
(Despesas) benefícios no exercício	(40)	127
IR sobre outros resultados abrangentes	1	-
No final do exercício	<u>6</u>	<u>45</u>

## 20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 20.1 Capital social e direitos das ações

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.263 (R\$788 em 31 de dezembro de 2021), representado por 1.349.165.394 ações ordinárias (1.346.674.477 em 31 de dezembro de 2021), todas nominativas e sem valor nominal. Conforme o estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 2 bilhões de ações ordinárias.

Em 21 de fevereiro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital no valor de R\$1, mediante a emissão de 239.755 ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022, a Companhia aprovou, observando o limite do capital autorizado, o aumento de capital social no valor de R\$464 mediante a capitalização de reservas de lucro, sem a emissão de novas ações.

Em 9 de maio de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital social no valor de R\$2 mediante a emissão de 298.919 ações ordinárias.

Em 27 de julho de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital social no valor de R\$3 mediante a emissão de 1.119.515 ações ordinárias.

Em 20 de outubro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital social no valor de R\$3 mediante a emissão de 650.808 ações ordinárias.

Em 6 de dezembro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital social no valor de R\$2 mediante a emissão de 181.920 ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Acionistas controladores	411.582.865	30,51%	557.857.105	41,42%
Ações em circulação	<u>937.582.529</u>	<u>69,49%</u>	<u>788.817.372</u>	<u>58,58%</u>
Total	<u>1.349.165.394</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.346.674.477</u>	<u>100,00%</u>

### 20.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, considerando antecipações de juros sobre capital próprio (JSCP) aos seus acionistas, calculados conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.220	1.610
Reserva de incentivos fiscais (nota nº 20.5)	<u>753</u>	<u>709</u>
Base reserva legal	<u>467</u>	<u>901</u>
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício (nota nº 20.3)	<u>23</u>	<u>5</u>
Base dividendos	<u>444</u>	<u>896</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>111</u>	<u>224</u>
JSCP a pagar líquido (i)	(43)	-
Pagamento JSCP - Líquido	<u>-</u>	<u>(56)</u>
Dividendos propostos	<u>68</u>	<u>168</u>

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2022 foi aprovado o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$50 sobre o qual foi efetuada a dedução do imposto retido na fonte no valor de R\$7, correspondendo ao valor líquido de R\$43 (R\$56 em 31 de dezembro de 2021). O pagamento efetivo ocorrerá no dia 17 de fevereiro de 2023.

Os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio e os dividendos distribuídos no exercício.

Os lucros líquidos ou prejuízos terão a destinação que lhes for determinada pelos acionistas, sendo que a distribuição, se houver, será feita na proporção estabelecida na ocasião.

### 20.3 Reserva de lucros

A reserva legal é estabelecida mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$180 (R\$157 em 31 de dezembro de 2021).

O valor de R\$23 constituído em 31 de dezembro de 2022 (R\$5 em 31 de dezembro de 2021) respeita o limite de 20% do capital social da Companhia, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei nº6.404/76.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.220	1.610
Reserva de incentivos fiscais	753	709
Base reserva legal	467	901
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	23	5

### 20.4 Reserva de expansão

Em AGO de acionistas realizada em 28 de abril de 2022 foi aprovada a constituição para a reserva de expansão no valor de R\$632 em contrapartida da reserva de lucros do exercício de 2021.

### 20.5 Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou o montante de R\$753 (R\$709 em 31 de dezembro de 2021) à reserva de incentivos fiscais.

Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº12.973/14, a referida reserva de incentivos fiscais poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital. Dentro da mesma previsão legal, a reserva de incentivos fiscais e reserva legal, não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submetê-la à tributação em caso de distribuição.

### 20.6 Pagamento baseado em ações

#### 20.6.1 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções de ações outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10 (R1) / IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia ou de sociedades de seu grupo econômico podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

A Companhia mensura os custos das transações de pessoas físicas elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversão de despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação do valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2022.

#### Plano de remuneração da Companhia

O plano de remuneração em opção de compra de ações ("Plano de Remuneração") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries B8 e B9 do Plano de Remuneração.

As opções concedidas a um participante em sua grande maioria não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

#### Plano de opção da Companhia

O plano de opção de compra de ações ("Plano de Opção") será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Opção.

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries C8 e C9 do Plano de Opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano de Remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de Opção e Plano de Remuneração da Companhia estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga (em reais)	31/12/2022			
				Quantidade de ações (em milhares)			
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Vigentes
B8	31/05/2021	01/06/2024	0,01	363	(20)	(29)	314
C8	31/05/2021	01/06/2024	13,39	363	(20)	(29)	314
B9	31/05/2022	01/06/2025	0,01	2.163	(32)	-	2.131
C9	31/05/2022	01/06/2025	12,53	1.924	(32)	-	1.892
				<b>4.813</b>	<b>(104)</b>	<b>(58)</b>	<b>4.651</b>

## 20.6.2 Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações da Companhia

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 31 de dezembro de 2022 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2022 (em milhares)
Quantidade de ações	1.349.165
Saldo das séries outorgadas em vigor	4.651
Percentual máximo de diluição	0,34%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B8, C8, B9 e C9: (a) expectativa de dividendos de 1,28% (série 8) e 1,20% (série 9); (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 37,06% (série 8) e 37,29% (série 9); (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,66% (série 8) e 12,18% (série 9); e (d) *exit rate* de aproximadamente 8,00% em ambas séries.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2022 é de 17 meses (série 8) e 29 meses (série 9). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$17,21 e R\$7,69 (B8 e C8 respectivamente), e R\$15,27 e R\$7,35 (B9 e C9 respectivamente).

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente
	Em milhares	R\$	
Em 31 de dezembro de 2021	668	6,70	2,42
Em 31 de dezembro de 2022			
Outorgadas durante o exercício	4.087	5,90	
Exercidas durante o exercício	(104)	6,01	
Em aberto no fim do exercício	4.651	6,01	2,28
Total a exercer em 31 de dezembro de 2022	4.651	6,01	2,28

O valor registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$14 (R\$2 em 31 de dezembro de 2021).

## 21 RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

### Receita

#### a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de *performance* da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

**b) Receita de prestação de serviços**

As receitas auferidas pela prestação de serviços, são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta		
Mercadorias	59.510	45.550
Prestação de serviços e outros	174	111
	<u>59.684</u>	<u>45.661</u>
(-) Deduções da receita		
Devoluções e cancelamento de vendas	(109)	(76)
Impostos	(5.055)	(3.687)
	<u>(5.164)</u>	<u>(3.763)</u>
Receita operacional líquida	<u>54.520</u>	<u>41.898</u>

**22 DESPESAS POR NATUREZA****Custo das mercadorias vendidas**

Compreende o custo das aquisições, líquido dos descontos e dos acordos comerciais recebidos de fornecedores, das movimentações nos estoques e dos custos de logística.

O acordo comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística, administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete, incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

**Despesas de vendas**

Compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, entre outras.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de acordo comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

**Despesas gerais e administrativas**

Correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	31/12/2022	31/12/2021
Custo com estoques	(44.809)	(34.163)
Despesas com pessoal	(3.358)	(2.512)
Serviços de terceiros	(264)	(251)
Despesas comerciais	(875)	(646)
Despesas funcionais	(883)	(664)
Outras despesas	(534)	(439)
	<u>(50.723)</u>	<u>(38.675)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(45.557)	(34.753)
Despesas com vendas	(4.379)	(3.334)
Despesas gerais e administrativas	(787)	(588)
	<u>(50.723)</u>	<u>(38.675)</u>

**23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da Demonstração do Resultado do Exercício.

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento	(34)	12
(Reversão) provisão para demandas judiciais	(19)	9
Gastos com integração, reestruturação e outros	(33)	(74)
Ativo indenizatório	14	-
Total	<u>(72)</u>	<u>(53)</u>

**24 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro.

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	152	87
Atualizações monetárias ativas	227	93
Outras receitas financeiras	15	8
Total de receitas financeiras	<u>394</u>	<u>188</u>
Despesas financeiras		
Custo da dívida	(896)	(543)
Custo e desconto de recebíveis	(97)	(51)
Atualizações monetárias passivas	(401)	(13)
Juros sobre passivo de arrendamento	(509)	(292)
Outras despesas financeiras	(6)	(19)
Total de despesas financeiras	<u>(1.909)</u>	<u>(918)</u>
Total	<u>(1.515)</u>	<u>(730)</u>

## 25 LUCRO POR AÇÃO

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pelo total de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores da ação ordinária, em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31/12/2022	31/12/2021
Número básico:		
Lucro básico alocado e não distribuído	1.220	1.610
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	<u>1.220</u>	<u>1.610</u>
Denominador básico (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.348	1.344
Lucro básico por milhões de ações (R\$)	<u>0,905322</u>	<u>1,190020</u>
Número diluído:		
Lucro diluído alocado e não distribuído	1.220	1.610
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários	<u>1.220</u>	<u>1.610</u>
Denominador diluído (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.348	1.344
Média ponderada de opção de compra de ações	6	11
Média ponderada diluída das ações	<u>1.353</u>	<u>1.355</u>
Lucro diluído por milhões de ações (R\$)	<u>0,901589</u>	<u>1,18852</u>

## 26 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Aquisição de intangíveis com partes relacionadas e fornecedores, conforme notas nº10.1, 13.3 e 14.3;
- Aquisição de imobilizado que ainda não foram pagos na nota nº12.5;
- Adiantamento relacionado a venda dos imóveis, registrados no ativo mantido para venda, conforme nota nº18;
- Deliberação do JSCP, conforme nota nº20.2; e
- Aquisição de ativo mantido para venda com partes relacionadas, conforme nota nº27.1.

## 27 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Ativos não circulantes e grupos de ativos, são classificados como mantidos para venda se o valor contábil for recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, e o prazo estimado para que a venda seja concluída deve estar dentro de um ano.

Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda, são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado, menos custo de venda.

	31/12/2022	31/12/2021
<i>Sale and Leaseback</i>	-	147
Lojas Extra Hiper (i)	95	403
	<u>95</u>	<u>550</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2022, corresponde a 1 imóvel próprio do GPA, que está alienado ao fundo de investimento imobiliário Barzel Properties, vide nota nº1.1.

## 27.1 Adições ao ativo mantido para venda para fins de fluxo de caixa

	31/12/2022
Adições	797
Aquisição de ativo – Adições	(797)
Aquisição de ativo – Pagamentos	250
Total	<u>250</u>

## 28 EVENTOS SUBSEQUENTES

### 28.1 Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou, observando o limite de capital autorizado, o aumento de capital social no valor de R\$1 mediante a emissão de 59.870 ações ordinárias.

**Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

O Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo com os deveres estatutários e legais, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e emitiu parecer favorável à sua aprovação pelo Conselho De Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023

Tufi Daher – Presidente

Rafael Morsch – Conselheiro

Marcílio Amato - Conselheiro

## **RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2022**

O Comitê de Auditoria (COAUD) da Sendas Distribuidora S.A. (Companhia) é um órgão de funcionamento permanente, instituído, em atendimento ao estabelecido no Estatuto Social.

O COAUD reporta-se ao Conselho de Administração, com autonomia e independência no exercício de suas funções, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do COAUD são desempenhadas em cumprimento às atribuições regulamentares aplicáveis, estatutárias e definidas no seu regimento interno.

Compete ao COAUD, basicamente, avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente, supervisionar atividades de auditoria interna e avaliar a eficácia dos controles internos e de gestão de riscos da Companhia, assim como as demais atividades previstas na regulamentação da CVM e no seu Regimento. As avaliações e atuação do COAUD baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Companhia e dos seus auditores, a Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte).

O COAUD dirigiu sua atuação na revisão das informações trimestrais e das demonstrações financeiras anuais, e discutiu, com a administração e com a Deloitte, os temas mais relevantes, como os principais assuntos de auditoria e sistemas de controles internos.

O COAUD acompanhou, analisou e avaliou, como principais temas, os trabalhos da Companhia quanto a: (i) implementação e vigência das práticas de controles internos e atendimento aos principais requisitos da Lei Sarbanes Oxley; (ii) avaliação de riscos e provisionamentos ou divulgações de contingências fiscais e outras, e respectivas garantias e depósitos judiciais; (iii) programa de trabalho e relatórios da Auditoria Interna; (iv) desempenho das práticas de Gestão de Riscos da Cia.; e (v) práticas de *Compliance*.

### **Conclusão**

O COAUD, observado o escopo de sua atuação, e considerando o relatório sem ressalvas dos auditores independentes, entende que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Sendas Distribuidora S.A.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

**L. Nelson Carvalho**  
Coordenador

**José Flávio Ramos**

**Heraldo Oliveira**

**Christophe Hidalgo**

**Philippe Alarcon**

## **DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores, abaixo designados, de **SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.057.223/0001-71, com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Companhia”), declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023.

**Belmiro de Figueiredo Gomes**

Diretor Presidente

**Daniela Sabbag Papa**

Diretora Administrativa Financeira

**Gabrielle Castelo Branco Helú**

Diretora de Relações com Investidores